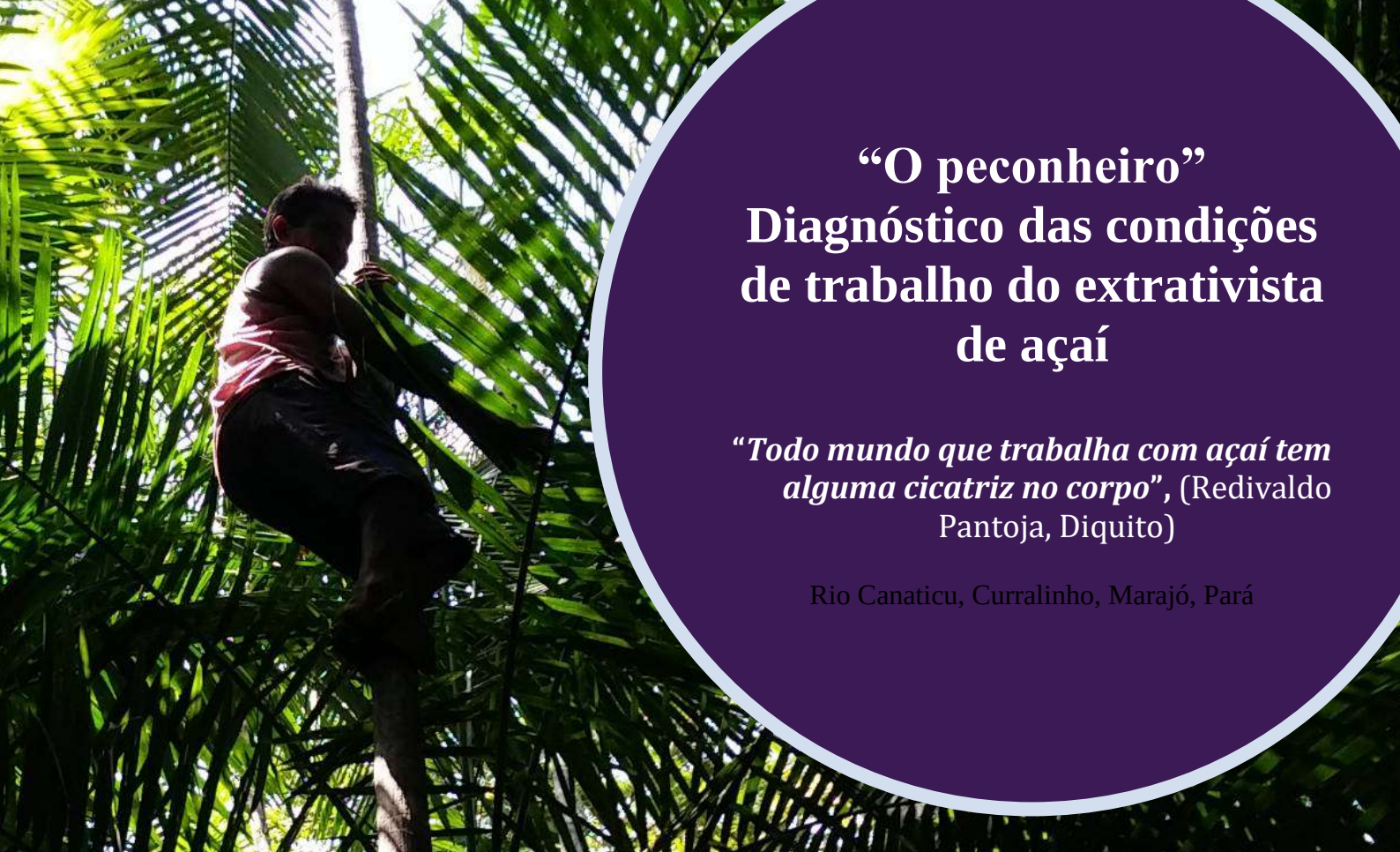




“O peconheiro” Diagnóstico das condições de trabalho do extrativista de açaí

*“Todo mundo que trabalha com açaí tem
alguma cicatriz no corpo”, (Redivaldo
Pantoja, Diquito)*

Rio Canaticu, Curralinho, Marajó, Pará

Relatório final para o Programa Trabalho Seguro



Realização



Apoio



Belém, Pará, maio de 2016



Créditos

Programa Trabalho Seguro

CSJT Conselho Superior da Justiça do Trabalho e Tribunal Superior do Trabalho.
Gestor Regional do Programa Trabalho Seguro do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região - Desembargador Walter Roberto Paro.

Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região

Desembargador Francisco Sérgio Silva Rocha. (Presidente).
Fiscal do Projeto no Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região.
Jorge Maurício Cabeça de Souza - Técnico Judiciário.
Assessoria de Comunicação do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região.
Edney Martins – Assessor de Comunicação.
Escola Judicial do TRT da 8ª Região.
Desembargador Marcus Augusto Losada Maia – Diretor.
Servidora Rosineide dos Santos Marques – Assistente.

Instituto Peabiru

Diretor Geral – João Meirelles Filho – jmeirelles@peabiru.org.br

Coordenador Geral – Hermógenes Sá de Oliveira – hermogenes@peabiru.org.br

Equipe do Instituto Peabiru responsável pelo diagnóstico

Manoel Potiguar – manoel@peabiru.org.br
Márcio Barreiros – marcio@peabiru.org.br
Redivaldo Pantoja – redivaldo@peabiru.org.br
Geysle Mercês – geysle@peabiru.org.br
Mariza Mathis - Estagiária
Thaissa Oliveira – Estagiária
Luis Ravagnani - consultor

Equipe de apoio do Instituto Peabiru

Tiago Chaves – tiago@peabiru.org.br
Maíra Parente – maira@peabiru.org.br
Swellen Barbosa – swellen@peabiru.org.br

FUNDACENTRO

Equipe responsável diretamente pelo diagnóstico

Clóvis Meirelles – clovis@FUNDACENTRO.gov.br
Hélio Andrade Filho – helio.andrade@FUNDACENTRO.gov.br
Doracy Moraes de Souza – doracy.souza@FUNDACENTRO.gov.br

Período do diagnóstico

Março de 2015 a abril de 2016 .

Documento final: 31 de maio de 2016.

Agradecimentos

Ao Programa Trabalho Seguro, Gestor Regional do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região

Ao Colegiado de Desenvolvimento Regional do Marajó – CODETEM

Ao Instituto Lupa Marajó

À Cooperativa Sementes do Marajó

À Prefeitura Municipal de Curralinho

À Colônia de Pescadores Z-37 de Curralinho

Raimundo Santana Caxias

Carmem Gonçalves

Paulinho Correa

Gracivali da Silva

Rosinete Firmino

Santinho Oliveira

Márcio Barreiros

Evanildo Barreiros

Sônia Moraes

Esmael Santos

Carlos Roberto Oliveira

Doracy Moraes de Souza

Rejane de Barros M. Alves

Hélio Vitor de Andrade

Clóvis Eduardo Meirelles

Ana Lucia

Francisco Nascimento

Assunção Novaes

Miguel Baratinha de Moraes

Josefa Pereira

Silvio Souza

Marcos de Miranda

Carlos Roberto Oliveira

Jonas Lopes de Farias

E a todos(os) os(as) entrevistados(as) e colaboradores.

Pedimos desculpas antecipadamente, se houver alguma falha no agradecimento a pessoas e organizações que contribuíram a este processo e ora não foram mencionadas.

SUMÁRIO

RESUMO EXECUTIVO	7
ABSTRACT	9
APRESENTAÇÃO	11
INTRODUÇÃO	13
AS ORGANIZAÇÕES RESPONSÁVEIS PELA PESQUISA	25
ABORDAGEM METODOLÓGICA	31
ATIVIDADES.....	42
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	69
RECOMENDAÇÕES	72
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	77
QUESTIONÁRIO APLICADO.....	78

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1 – Mapa geral da Cadeia de Valor do açaí no Marajó.....	21
Ilustração 2_ Mapa Fundiário do Marajó, Instituto Peabiru, 2011.....	37
Ilustração 3 – Mapa de afluentes e Furos do Rio Canaticu, Currallinho/PA.....	39
Ilustração 4 – Mapa das comunidades e congregações do Rio Canaticu, Currallinho/PA...	41
Ilustração 5 – Oficina Participativa sobre as condições de trabalho do peconheiro, Parque Verde, Currallinho, PA.	44
Ilustração 6 – Sr. José Carlos de Oliveira demonstra a extração do açaí, Rio Pariacá Mirin (Afluente do Canaticu), Currallinho, PA.	48
Ilustração 7 – Sr. José Carlos de Oliveira fabricando a peconha, Rio Pariacá Mirin (Afluente do Canaticu), Currallinho, PA.	49
Ilustração 8 – Entrevista com o Sr. João Santiago Firmino, Rio Pariacá (Afluente do Canaticu), Currallinho, PA.	50
Ilustração 9 – Teste do Questionário utilizado na pesquisa Diagnóstico das condições de trabalho do extrativista de açaí, o peconheiro, Rio Canaticu, Currallinho, PA.	53
Ilustração 10 – Técnico do Instituto Peabiru, Márcio Barreiros, na aplicação dos questionários, Rio Canaticu, Currallinho, PA.	53
Ilustração 11 - Gráfico de distribuição por sexo.....	55
Ilustração 12 - Gráfico de estado Civil.....	55
Ilustração 13 – Gráfico de atividades não agroextrativistas.....	56
Ilustração 14 – Gráfico de renda proveniente do açaí.....	57
Ilustração 15 – Gráfico de quantidade de rasas de açaí vendidas em 2015.....	57
Ilustração 16 – Gráfico de principais formas de comercialização.....	58
Ilustração 17 – Gráfico de pessoa responsável pela negociação.....	59
Ilustração 18 – Gráfico de pessoa responsável pela administração da renda do açaí.....	59
Ilustração 19 - Gráfico de consequências dos acidentes.....	61
Ilustração 20 – Gráfico de 1º Atendimento.....	61
Ilustração 21 – Gráfico de tempo de afastamento.....	62
Ilustração 22 – Gráfico de formas de Contratação.....	63
Ilustração 23 - Exibição do Vídeo Trabalho na Cadeia de Valor do Açaí, exibido durante a Oficina Final de Devolução dos resultados da pesquisa, sede Colônia de Pescadores Z-37, Currallinho, PA.....	65
Ilustração 24 – Reunião das equipes do TRT, FUNDACENTRO, Instituto Peabiru, Lupa Marajó e MPT na sede do TRT-8 em Belém, maio de 2016.....	67



ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 – Lista de comunidades e quantidade de entrevistas a realizar	54
Tabela 2 – Composição de renda por subsídios governamentais	56
Tabela 3 – Composição de renda familiar	56
Tabela 4 - Meios de transporte utilizados para a coleta e comercialização do açaí	59
Tabela 5 - Roupas de trabalho	60
Tabela 6 – Período de demanda de mão de obra	63

RESUMO EXECUTIVO

O presente trabalho é resultado da ação regional do Programa Trabalho Seguro no Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, tendo como Gestor Regional o Desembargador Walter Roberto Paro, que firmou contrato de serviço com o Instituto Peabiru, que por sua vez celebrou acordos com a FUNDACENTRO e organizações públicas e da sociedade civil de Curralinho e do Marajó. Esta ação foi realizada entre março de 2015 e maio de 2016. A idealização deste trabalho nasceu por ocasião do evento *Amazônia Rural - Trabalho Precário*, de 4 e 5 de dezembro de 2014, no Auditório Aloysio da Costa Chaves, na sede do TRT8, à Tv. Dom Pedro I, 746, Belém-PA. Na oportunidade foi constatado um sentimento unânime de que as condições de trabalho na Amazônia Rural ainda eram de grande desconhecimento por parte do público, resultando na necessidade da realização de maiores estudos.

Sendo o açaí um elemento fundamental da cultura alimentar amazônica, tomou-se como tema de estudo as atividades do peconheiro (coletor do açaí), sendo colhidas as seguintes constatações:

- A condição de trabalho na atividade extrativista da cadeia de valor do açaí nunca havia sido tratada com tal amplitude e profundidade como no presente estudo;
- A FUNDACENTRO e Instituto Peabiru observam que **a atividade é uma das mais perigosas do Brasil**;
- O que mais chama a atenção é o **grau de precariedade da atividade**;
- **A questão do trabalho infantil não foi objeto do trabalho, mas mostrou-se presente no ambiente, necessitando ser estudada na cadeia de valor do açaí**, pois numa atividade tradicional, o mais ágil, leve e ousado, sobe rapidamente e colhe o necessário para o consumo diário da família. E, diante de um mercado crescente, quem antes subia diariamente uma ou duas vezes no açaizeiro, agora sobe dez ou mais vezes e, ainda, pula, de uma árvore a outra;
- Os riscos se multiplicam se considerarmos que, **num dia de pico de safra há algo próximo de 1 milhão de subidas em açaizeiros**;
- **Uma atividade típica da agricultura familiar se tornou uma cadeia de valor global, com características de uma *commoditie***, abrangendo um número estimado de mais de 120 mil famílias, envolvendo de 2 a 4 trabalhadores por família;
- O número de famílias envolvidas não é suficientemente preciso, pois não há estatísticas confiáveis sobre o tema; e, nenhum órgão público, seja a nível estadual (especialmente PA, AP e AM) ou federal, preocupou-se com o registro destas informações;
- O que era parte do aprendizado no processo de reprodução da agricultura e extrativismo tradicionais, demonstra preocupações no que diz respeito à segurança e saúde do trabalhador peconheiro;
- Há visão romântica sobre a coleta na floresta, e o próprio subir no açaizeiro, que não corresponde à realidade de quem sobe na palmeira apenas com um facão sem bainha e um calção, quase sempre descalço;
- **É total a invisibilidade da segurança do trabalho perante o consumidor final o que faz que os elos fortes da cadeia de valor – industriais, atacadistas, varejistas e batedores (na região) não se responsabilizem com a segurança do trabalhador**;

- A longo prazo, especialmente para jovens, o esforço físico de subir na árvore, resultará em consequências permanentes para suas vidas, especialmente afetando os pés e as pernas;
- **O estudo de campo** foi realizado no médio Rio Canaticu, município de Curralinho, no Marajó, Pará. Esta é uma das principais áreas de coleta, em que vivem 1.029 famílias, e onde se emprega informalmente cerca de 3.000 pessoas entre familiares e meeiros;
- Foram aplicados questionários e tabulados os resultados, discutidos pela comunidade local para validá-los, e completados com a visão dos técnicos;
- **Não foi registrada a existência direta de trabalho escravo no cultivo e na extração do açaí, mas a empreita informal no açaí é algo comum e suscita pesquisa específica.**

Destacam-se, entre os resultados:

- **100% de informalidade nas relações de trabalho;**
- 92% afirmam que **o açaí é a principal fonte de renda** (50 a 75% da renda familiar);
- **89% dos entrevistados disseram que alguém de sua família ou meeiro já sofreu um acidente de trabalho em seu açaizal;**
- 54% dos casos, o acidente teve como consequência a internação do paciente;
- 62% dos acidentes demandaram tempo de afastamento entre 10 a 60 dias;
- **Alta evasão escolar no período da safra do açaí**, o que corrobora para que a região tenha os piores índices educacionais do Brasil; e
- **Aumento do consumo de álcool, drogas e prostituição.**

Entre as soluções imediatas acredita-se que medidas simples, como o desenvolvimento e aplicação de tecnologias para a coleta e manejo podem diminuir significativamente os riscos, porém, até agora não foram adotadas porque os elos mais fortes da cadeia de valor – indústrias, batedores de açaí (processadores locais), atacadistas e varejistas – não se interessam pela condição do extrativista (peconheiro).

É preciso aumentar a normatização da atividade, regulamentando as condições mínimas de segurança e trabalho, ouvindo os peconheiros e suas famílias, e, principalmente, discutir questões com a comunidade como superar o momento atual – num processo de educação e alerta. Paralelamente ao diagnóstico da cadeia de valor, foi preparado um vídeo sobre a questão e um levantamento bibliográfico preliminar. Por fim, merece menção, a escolha do tema da campanha do trabalho infantil de 2016 do Ministério Público do Trabalho do Pará para a cadeia produtiva do açaí, o que, certamente, relaciona-se ao trabalho ora realizado no sentido de despertar para a urgência de enfrentamento da temática.

Palavras-chave:

Açaí – Amazônia – Marajó – Rural – Trabalho Seguro

ABSTRACT

Until recently, the perilous working conditions of the açai palm berry collector were never taken seriously. However, this study concluded that açai harvesting is among the most dangerous jobs in Brazil. To verify these observations, studies on açai collection were financed by the *Programa Trabalho Seguro* (Work Safety Program), created by the CSJT- *Conselho Superior da Justiça do Trabalho* (Superior Council of Labor Justice), and by the TST – *Tribunal Superior do Trabalho* (Superior Labor Court) and the *Tribunal Regional do Trabalho do Pará e Amapá* (Work Council of Pará and Amapá), that by initiative of the regional manager, Desembargador Walter Roberto Paro, from the *Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, Pará e Amapá* (TRT-8)(Regional Labor Court of the 8th Region, Pará and Amapá states), and accomplished by the *Peabiru Institute*, that established an agreement with *FUNDACENTRO* (Federal Organization dedicated to Safety and Occupational Medicine) and other civil society organizations of *Curralinho*, in the *Marajó*, Pará state, Amazon region.

These initiatives resulted from the event – Rural Amazon – Precarious Labor (*Amazônia Rural - Trabalho Precário*) that took place in Aloysio da Costa Chaves Auditorium, in TRT8 Headquarter, at Tv. Dom Pedro I, 746, Belém, Pará State, from December 4th, 2014, but went into effect from March 2015 to May 2016. Among the findings of this pioneer event there was a consensus that labor conditions in rural Amazon are mostly unknown to the general public, what recommended more research on this problematic.

Because açai is so important to the Amazon food culture, this first study addressed the labor conditions of the açai fruit collector (*peconheiro*). What makes açai production particularly deplorable is the risk involved in açai harvesting particularly to young people. Since youth are more agile and daring, they are the ones who climb the açai trees to collect fruit for their families. As the açai market expands, those who climb once or twice a day now climb more than ten times a day, and even jump from tree to tree.

Açai collection, which families used to carry out in small-scale, has tremendously increased, as açai becomes more and more a global value chain and commodity. An estimated 120 thousand families, with two to four workers per family, are involved in açai production. The risks are multiplied when one considers that in one day, açai collectors (collectively) climb up to 1 million açai trees.

However, since no state or federal organization has seriously considered the peril of the açai worker, no public organization has verified these statistics. Furthermore, açai harvesting in the rainforest evokes a simplistic and even romantic image of indigenes' collecting fruit, and as a result, working conditions of açai collectors have largely been ignored. In reality, workers climb trees barefoot with machetes in hand, a task that poses obvious risks.

Despite the dangers that açai collectors face, their working conditions are totally ignored; industries, intermediaries, inspection agencies, and ultimately consumers fail to address the working conditions of the açai collector.



The studies were conducted along the *Canaticu* River, (in the municipality of *Curralinho, Marajó, Pará, Amazon region*) home to 1,029 families and up to three thousand informal açai collectors.

Studies and questionnaires were conducted in the region and were verified by the community. According to the studies and surveys in the region,

- 100% of work relationships in the açai sector are informal;
- 92% confirm that açai is their main source of revenue (50 to 75% of their family's income);
- 89% reported an accident while açai harvesting;
- In 54% of cases, the accident hospitalized the worker;
- 62% of workers who suffered injuries needed 10 to 60 days off work.
- Moreover, During açai season, school attendance drops significantly; thus, the region has one of the worst educational indexes in all of Brazil;
- Juvenile access to money (from açai business) leads to alcohol consumption, drug abuse, and prostitution;
- Simple technologies could be used to ease the burden of açai collectors, but these solutions have not been adopted, since industries, intermediaries, inspection agencies, and ultimately consumers ignore the perils of the açai collector.

To ensure the safety of the açai collector, regulations must be put in place, and communities must engage in active discussion. Having assessed the açai production chain, Peabiru prepared an educational video documenting the work conditions of the açai collector. Furthermore, it is important that the *Tribunal Regional do Trabalho do Pará e Amapá* (Work Council of *Pará* and *Amapá*) confront pressing issues such as child labor in the açai production chains.

Key words

Açai – Amazon Region – Marajó – Rural area – work safety

APRESENTAÇÃO

O presente trabalho é resultado da parceria da FUNDACENTRO e do Instituto Peabiru, que contou com o financiamento e o integral apoio do Programa Trabalho Seguro, do Tribunal Regional do Trabalho do Pará e Amapá (TRT-8).

Entre 4 e 5 de dezembro de 2014, o Programa Trabalho Seguro, do Tribunal Regional do Trabalho TRT-8 realizou na sede do TRT-8, em Belém, PA, um evento inédito no contexto amazônico – *Amazônia Rural Trabalho Precário*. Este discutiu a segurança do trabalho em diferentes cadeias de valor do meio rural – açaí, palma, pecuária, entre outras, convidando diferentes atores dedicados ao tema – FUNDACENTRO, MPT, Instituto Peabiru, UNICEF, Ministério do Trabalho, representantes de extrativistas e outros. O presente projeto nasce deste amplo debate, como proposta de enfrentamento da precariedade do trabalho na cadeia de valor do açaí.

A questão do trabalho precário na cadeia de valor do açaí nunca fora tratada com tal amplitude como no presente estudo. O que mais chama a atenção é o grau de precariedade da atividade. Ao mesmo tempo, fica patente como medidas simples podem diminuir significativamente os riscos. Estas medidas, certamente, não foram ainda adotadas porque a cadeia de valor – desde os atravessadores, industriais, batedores de açaí (processadores locais), atacadistas e varejistas – não se interessam pela condição do trabalho do extrativista (peconheiro) e, ao mesmo tempo, o consumidor desconhece a precariedade do trabalho, deixando de pressionar os elos mais fortes da cadeia de valor para exigir menos precariedade no trabalho.

Tratado como algo típico, bucólico, subir no açaizeiro e o próprio processo de manejo dos açaizais resulta um conjunto de riscos e desafios que nunca foram efetivamente dimensionados e enfrentados. Pode-se afirmar que era, até o momento, uma questão invisível para a maior parte da sociedade e das organizações públicas e privadas.

A questão se torna ainda mais relevante quando uma atividade tipicamente relacionada ao sustento da família, num regime de agricultura e extrativismo familiar, torna-se um produto de crescente demanda, voltada ao mercado nacional e global. Assim, o que antes era considerado parte do aprendizado no processo de reprodução da agricultura e



extrativismo tradicionais, passa a ser enquadrado num ambiente de trabalho de uma cadeia global.

O que o estudo revela são as questões mais primordiais a considerar num primeiro momento. Aponta-se caminhos imediatos, porém, é a sociedade paraense, são as centenas de milhares de pessoas envolvidas na atividade e suas famílias que precisam discutir as questões ora apresentadas e assumir compromissos. São os jovens envolvidos quem devem participar deste importante debate. É hora dos diferentes intermediários e processadores, sejam locais ou industriais, assumirem responsabilidade social e ambiental direta sobre o produto que comercializam e com ele muito bem se remuneram.

Paralelamente a este documento, foi preparado um vídeo sobre a questão e um levantamento bibliográfico preliminar. O vídeo já foi lançado pelo Programa Trabalho Seguro do TRT-8 em suas mídias sociais e o Instituto Peabiru igualmente o divulga, de forma permanente, em seu web-site.

Estamos prontos a aprofundar as questões ora expostas, debatê-las e esclarecê-las em prol de alcançar melhor compreensão da realidade da vida do peconheiro, o extrativista do açaí. Certamente, este documento merecerá novas edições, especialmente a partir de sua discussão com as diferentes partes interessadas e espera-se, enfim, que oriente políticas públicas afirmativas e que melhorem a qualidade de vida das populações tradicionais e agricultores familiares que tem nesta cadeia de valor do açaí seu sustento e modo de vida.

INTRODUÇÃO

1.1. O TRABALHO NO MEIO RURAL

A importância desta questão lastreia-se, ainda, nos levantamentos da Organização Internacional do Trabalho (OIT), apontando que, entre as 26 atividades dos três setores econômicos, deve-se notar que na agropecuária há três atividades que mais lesionam e matam trabalhadores. Além dos inúmeros impactos para as pessoas e seus familiares e relações, isto representa alto custo para as Nações associadas à OIT. Mesmo com deficiente sistema de registro de acidentes de trabalho, o Brasil é o quarto país com maior número de acidentes (OIT, 2014), esta subnotificação esconde um quadro possivelmente ainda mais grave. Entre outros registros da atividade rural, o Brasil é o líder mundial de acidentes com tratores e implementos.

A FUNDACENTRO pontua que no Brasil, os dados referentes a acidentabilidade rural são, basicamente, provenientes de estudos e pesquisas, tendo em vista que, a princípio, somente os acidentes ocorridos na agricultura patronal são computados nas estatísticas oficiais. No entanto, é preciso observar que a agricultura patronal representa somente 20% da população economicamente ativa rural. A outra parcela compõe-se da agricultura familiar, onde está a maior parte da mão de obra que trabalha no campo, em sua grande maioria sem acesso a registro em carteira e a diversos benefícios sociais porque há uma grande parcela de mão de obra da família.

Na pecuária, considerada por muitos especialistas a mais perigosa atividade no meio rural, além de ser a atividade que mais pessoas envolve, inexistente um programa de saúde e segurança do trabalho, o que resulta em diferentes riscos físicos, biológicos, químicos e ergonômicos. Diversos outros setores são considerados perigosos, como a extração de madeira, a cultura da cana-de-açúcar quando não mecanizada, a do abacaxi e, a partir deste relatório o Instituto Peabiru, em parceria com a FUNDACENTRO iniciaram um processo de pesquisa para demonstrar a precariedade do trabalho no extrativismo do açaí, objeto do presente estudo. Esta é uma questão ampla, que considera tanto o trabalho adulto quanto o infanto-juvenil.

Esta precariedade levou, inclusive, o Ministério Público do Trabalho do Pará (MPT-PA) a considerar para o Estado do Pará a cadeia produtiva símbolo em sua campanha anual de combate ao trabalho infantil de 2016.

1.2. O TRABALHO RURAL NO CONTEXTO AMAZÔNICO

Nos últimos cinquenta anos, o modelo de desenvolvimento para a Amazônia não assegura o bem estar de suas populações, especialmente as populações tradicionais e do meio rural. Entre os resultados mais visíveis estão – a) o aumento da exclusão, especialmente das populações rurais; e b) o desmatamento sem precedentes na história da humanidade – que, em cinco décadas, destruiu quase 20% do bioma, elevando a área desmatada de menos de 50 mil km² a 720 mil km², destruição esta que poucos benefícios efetivos gerou para a maioria da população, especialmente povos e comunidades tradicionais [INPE, 2012, MEIRELLES, 2007].

As cadeias de valor predominantes no meio rural – pecuária (corresponde mais de 70% do meio rural)[MEIRELLES, 2014], extração madeireira (mais de 90% de maneira predatória e ilegal) – apresentam alta taxa de informalidade nas relações de trabalho e nas questões fiscais. A pecuária, a extração de madeira e carvão são as campeãs em trabalho escravo no país, especialmente no estado do Pará; e as regiões de pecuária da Amazônia são as mais violentas do país [Mapa da Violência, 2014]. Ademais, são cadeias de valor concentradoras de renda e de terras que expulsam indígenas, quilombolas e povos e comunidades tradicionais de suas terras ancestrais.

As novas cadeias de valor, baseadas em capital e tecnologia, como a silvicultura (especialmente eucalipto), soja e palma (dendê) apresentam novos desafios, como a exclusão da maior parte do meio rural, modificações radicais na paisagem (eliminando espécies de interesse para o manejo tradicional) e o uso intensivo de agrotóxicos, além de novas relações com a agricultura familiar que exigem maior atenção para não aumentar a precarização das condições de trabalho, questão bastante discutida na cultura da palma.

Por sua vez, as cadeias de valor tradicionais, relacionadas ao extrativismo e à agricultura familiar, apresentam desafios como a informalidade nas relações de trabalho

e a alta insegurança para a saúde no manejo de recursos naturais. Isto ocorre especialmente em cadeias de valor que crescem rapidamente, como é o caso do açaí, que emprega centenas de milhares de pessoas.

Os números de mão de obra empregada no açaí são, igualmente, frágeis, porque não há dedicação do IBGE para tratá-los corretamente. O IBGE apenas verifica a quantidade em hectares das culturas e o número de produtores, mas o faz de maneira superficial. Estima-se mais de 118 mil produtores (de diferentes dimensões) e cerca de 200 mil toneladas em média, de produção anual de polpa de fruto (IBGE, 2015).

Consultas informais aos diferentes autores que tratam do tema, permite, de forma conservadora, e apenas, para iniciar o debate, e considerando o estudo de campo a seguir apresentado, em que somente no Médio Rio Canaticu, haveria cerca de 4 mil pessoas envolvidas na atividade (mil diretamente e três mil ocasionalmente). E, que seriam pelo menos 30 municípios produtores relevantes entre AM, PA, AP, com cerca de 4 mil coletores por município em média (entre agricultores familiares, extrativistas e meeiros e peconheiros, **pode-se estimar em 120 mil pessoas envolvidas na base da cadeia de cadeia de valor do açaí – em seu manejo, coleta e transporte local.** Se considerarmos os atores indiretos, ainda na base da cadeia de valor, especialmente da agricultura familiar, e outros atores no transporte, processamento e outros elos da cadeia, esta cifra certamente será muito maior, mas não é objeto do presente estudo. Estes números precisarão ser urgentemente revistos e monitorados, porque são frágeis.

Igualmente relevante, é considerar a atenção insuficiente das políticas públicas municipais, estaduais e federal para as questões relacionadas ao trabalho precário, o que inclui questões relacionadas ao trabalho escravo. Como foi possível observar no levantamento bibliográfico realizado para o presente diagnóstico (apresentado como documento a parte), é insuficiente o interesse da academia e dos centros de pesquisa sobre estas questões e o impacto da atuação nestas cadeias de valor na saúde humana e qualidade de vida destes trabalhadores e familiares [PEABIRU, 2016].

O trabalho escravo na Amazônia está relacionado à pecuária bovina, à cana-de-açúcar, ao carvão, o que se encontra bem documentado. **Não há registro direto de trabalho escravo para o açaí, porém a empreita informal no açaí é algo comum e precisa ser pesquisado.** No entanto, o que é preciso observar é que a globalização da economia da Amazônia, caracterizado por grandes obras, avanço significativo do agronegócio direcionado a commodities agropecuárias e da mineração, aumenta, ainda mais a pressão sobre as populações tradicionais e fragiliza os grupos sociais mais excluídos (mulheres, jovens e crianças). O que se verifica é que o simples anúncio da pretensão pela instalação de um novo empreendimento, resulta em forte fluxo migratório, aumentando a insegurança social, principalmente destes grupos.

Estas populações tradicionais dependem, em boa parte, da economia agroextrativista diversificada para a sua subsistência – são ao mesmo tempo, extrativistas vegetais (recursos madeireiros e não madeireiros), pescadores, agricultores de ciclo curto e de ciclo longo. A pressão exercida pelas atividades de alto impacto desestabiliza estas populações, lançando-as na insegurança alimentar e fundiária e com alto impacto em sua qualidade de vida e cultura. Mesmo quando uma nova mineração ou hidrelétrica se instalam, são as atividades de pesca e caça, da extração madeireira, da pecuária bovina extensiva, de garimpo e da pesca comercial predatória que mais impactam estas populações locais, o que leva muitos empreendimentos a se eximirem de sua responsabilidade (e culpa) sobre a situação das populações tradicionais ali residentes.

Tanto os migrantes (especialmente a agricultura familiar atraída com promessas não cumpridas em assentamentos oficiais e privados), como os povos e comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas, e os povos tradicionais – caboclos, ribeirinhos, pescadores, seringueiros entre outros) raramente são considerados como beneficiários potenciais da expansão econômica. Quando o são, os resultados de ações públicas e privadas usualmente incluem um pequeno grupo, como se fora um projeto piloto, para demonstrar o cuidado com tais questões.

Estas populações sofrem a falta de acesso a: a) serviços básicos (educação, saúde, energia, transporte etc.); b) segurança fundiária (acirrada pela grilagem, garimpo e

quadrilhas de roubo de recursos naturais do tipo “sem tora”); c) acesso ao mercado e oportunidades econômicas (sem capacidade de decisão nas cadeias de valor que participam e colaborando, geralmente, com relações informais de trabalho); e d) conhecimento técnico, crédito, assistência técnica (sempre insuficientes) e capacidade para se beneficiar da participação potencial na economia formal; entre outras questões. Ainda, são afetadas pela expansão do agronegócio e da fronteira econômica, na sua segurança alimentar e hídrica.

Um dos principais desafios para o desenvolvimento da Amazônia relaciona-se ao real envolvimento das populações locais, especialmente do meio rural, nas decisões relacionadas a suas vidas – estas raramente tem voz e poder, especialmente para decidir sobre o que afeta diretamente as suas próprias vidas. Estas populações devem ter seus direitos básicos atendidos, o que inclui, minimamente, conhecer a legislação, as normas para o bom manejo e a segurança do trabalho, e de que maneira podem participar de cadeias de valor com maior voz; especialmente em relação a cadeias de valor do extrativismo vegetal e animal (pesca principalmente) e da agricultura familiar.

1.3. O TRABALHO NA CADEIA DE VALOR DO AÇAÍ

Desde tempos imemoriais, sobe-se na palmeira açazeiro (*Euterpe oleracea*) para coletar cachos de frutos. O principal equipamento para a subida na palmeira é um laço preparado com a própria folha jovem do açazeiro – a *peconha* – ou com outro material, como aniagem ou de sacos de fibras sintéticas. Para o alto da palmeira, o *peconheiro* leva um objeto cortante (geralmente faca ou terçado (facão)) para retirar o cacho. Em sua descida, traz um ou mais cachos e o facão, na maior parte das vezes, sem bainha, ou seja, com a lâmina exposta.

Esta é uma atividade que o ribeirinho, principalmente meninos, aprende desde jovem, como parte das tradições da socialização ao trabalho relacionadas ao manejo de recursos naturais de seu ambiente florestal e aquático. Em todo o planeta, a agricultura e o extrativismo tradicionais se reproduzem no aprendizado passado de geração a geração pela introdução dos mais jovens nas múltiplas atividades da família e, no extrativismo do açaí isto não é diferente.

Numa atividade tradicional, o jovem, que é mais ágil, mais leve, ousado e mais corajoso, sobe rapidamente em uma ou poucas árvores de açaí e colhe o necessário para o consumo diário da família. Entretanto, na última década, com o crescimento exponencial da demanda pelo vinho (polpa) de açaí, a coleta passou a atender, não apenas o consumo da própria família ou localidade, ou o limitado mercado regional, que consome o açaí fresco, *in natura*, para se transformar em uma cadeia de valor de interesse global, envolvendo novos elos de cadeia de valor (indústrias processadoras, atacadistas, varejistas e outros).

Pode-se afirmar, inclusive, que esta cadeia de valor caminha para ser uma *commoditie*, como sucedeu com o cacau e a borracha, dois produtos de origem amazônica, presentes na maior parte dos países tropicais do planeta. Ainda não é uma *commoditie* no *strictu sensu*, pois seu preço não é ditado por um mercado externo ao produtor, nem existe (ainda) produção fora da área nativa da palmeira. Seu plantio já ocorre no Brasil fora da bioma Amazônia, e não será surpresa o seu plantio em outras zonas tropicais do planeta.

Trata-se de palmeira endêmica da Amazônia e, cuja área de ocorrência nativa concentra-se nas planícies úmidas, especialmente na calha dos principais rios, como os das bacias do Amazonas e do Tocantins. Nogueira, Homma e outros estimam em mais de um

milhão de hectares os açaizeiros nativos, dos quais cerca de 80 mil hectares seriam manejados como bosques homogêneos [NOGUEIRA; HOMMA, 1998]. Esta área de manejo provavelmente seja maior hoje, como o próprio pesquisador, Dr. Alfredo Homma verbalizou recentemente.

Acredita-se, de qualquer maneira, que o Pará e o Amapá juntos, especialmente na região estuarina (Marajó, Amapá e Baixo Tocantins) representem mais de 80% da coleta do açaí nativo. O grande interesse de mercado, também resultou no lançamento pela EMBRAPA Amazônia Oriental do cultivar BRS Pará, adaptado para plantio em terra firme. O plantio em terra firme concorre com o produto do extrativismo e é produzido tanto por grandes, médios e pequenos produtores.

É patente o aumento exponencial do plantio de açaí, tanto em várzeas como em regiões secas (de terra firme) e esta certamente irá superar em área e em produção o açaí de várzea. Observa-se no açaí plantado, em que as árvores são mantidas mais baixas por um processo de manejo, uma necessidade bem menor de subir nas árvores para a coleta do cacho, tal qual ocorre no extrativismo do açaí nativo em várzeas. Há, inclusive, formas de plantio que permitem certa mecanização na coleta e uso de escadas, evitando-se subir na árvore. No entanto, o presente trabalho dedica-se a estudar o açaí das várzeas, manejado por populações tradicionais.

A cadeia de valor do açaí

Apesar de diferentes estudos sobre a cadeia de valor do açaí, não se tinha ideia da complexidade da cadeia de valor até estudos como aquele realizado pelo Instituto Peabiru em 2012, a partir de convênio com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)(BRA/08/012). Em verdade, trata-se de parte de política pública federal do Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Valor da Sociobiodiversidade (2009), resultante da parceria com o Ministério do Meio Ambiente, fruto das conquistas dos movimentos sociais [POTIGUAR; OLIVEIRA, 2016].

Assim, em maio de 2013, como parte do *Projeto de Fortalecimento das Cadeias de Valor do Açaí e da Andiroba do Marajó*, estiveram reunidos representantes dos diversos elos da cadeia de valor do açaí, desde operadores, prestadoras de serviços, de apoio e de fomento, a executores de políticas públicas, com a finalidade de mapear e pensar



estratégias de fortalecimento para a cadeias de valor. Durante a fase de mapeamento da cadeia de valor do açaí, ficou patente a precariedade em que se encontra o extrativista, o elo mais frágil da cadeia [POTIGUAR; OLIVEIRA, 2016], como pode ser observado no Mapa Geral da Cadeia de Valor do Açaí do Marajó, na página seguinte.

Este mapa, construído de forma participativa, demonstra a escassez de políticas públicas e a consequente falta de relações formais de produção nos elos em que o extrativista atua.

Percebe-se ainda, diversas fragilidades na cadeia de valor do açaí no Marajó, entre as quais destaca-se a escassa rede de relações formais. Hoje para o produtor extrativista há poucas formas de manter relações formais de comercialização, somente através das Cooperativas e Associações. A baixa bancarização do Marajó é outro fator relevante para a informalidade. Soma-se o fato que as prefeituras estão longe de incentivar a produção e mesmo monitorar o uso dos açaizais. [POTIGUAR; OLIVEIRA, 2016, p.82].

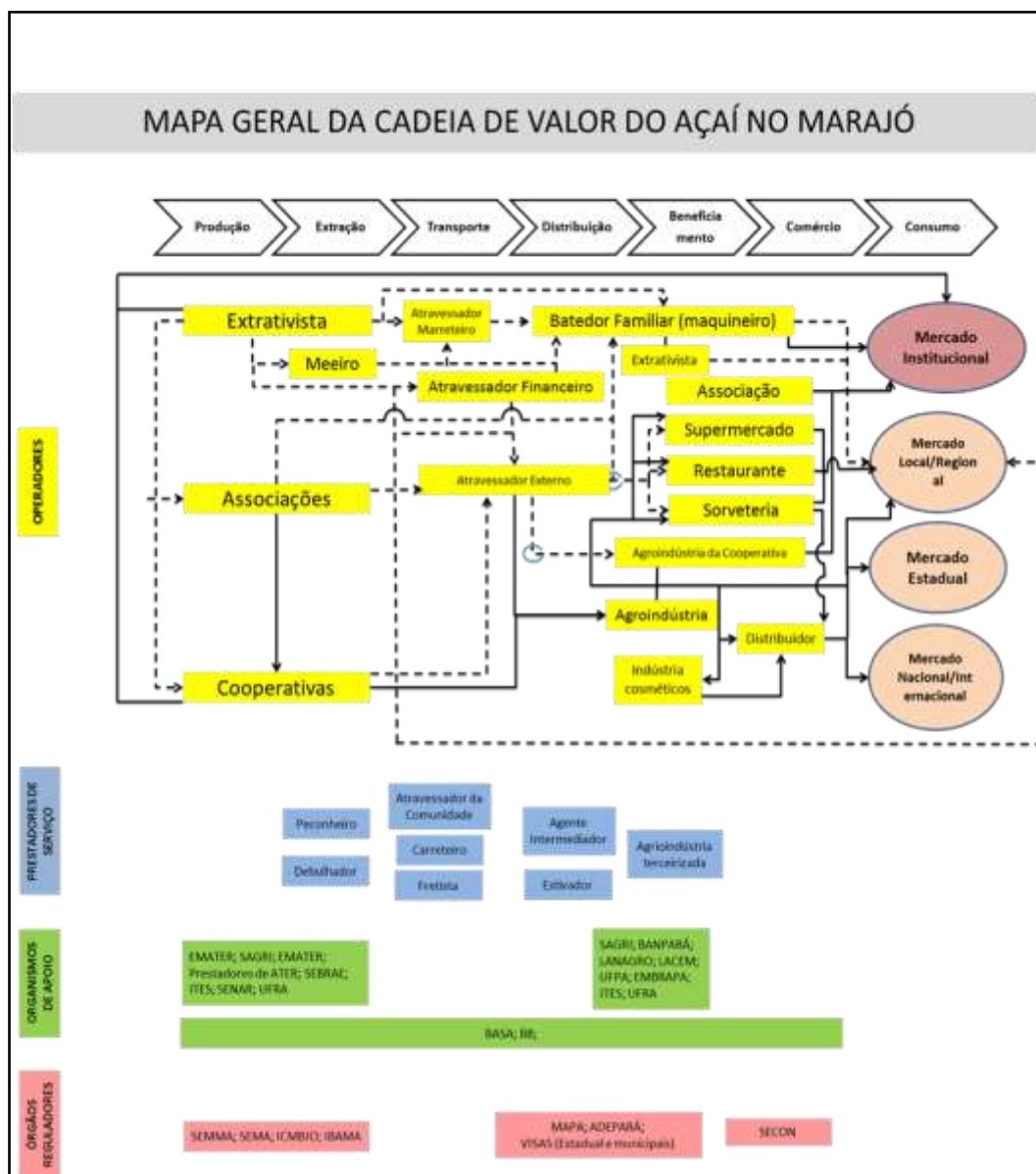


Ilustração 1 – Mapa geral da Cadeia de Valor do açaí no Marajó

Atividade de risco e com presença de jovens na coleta

Outro fator relevante é que a valorização do açaí leva, crescentemente, jovens a se interessar pela coleta, pois, em uma semana bem sucedida na safra, estes passam a ter em mãos, cerca de duzentos reais ou mais, valores inimagináveis, até então, em seu contexto social. A possibilidade de rápido ganho com alguns dias de trabalho, sem a educação financeira necessária, abre portas para o consumismo, as drogas, o alcoolismo, e atividades esportivas de alto risco (como é o caso de preparação de pequenas embarcações individuais (casquinhas) especialmente para competições). Entretanto, o maior risco ainda reside na precariedade do trabalho relacionado ao açaí, tanto ao subir na palmeira como no manejar o açazal (corte de árvores mais velhas, derrubada de outras árvores etc.). Risco tanto de acidentes, como de lesões e deformações permanentes em membros (por exemplo, arqueando pernas e pés).

Como já comentado, há bibliografia e estudos insuficientes sobre o tema, o que insere o presente diagnóstico num contexto que justifica ainda mais a necessidade de pesquisa da academia e instituições especializadas (organizações públicas e da sociedade civil). **Entre as conclusões do presente trabalho está a insuficiência da normatização da atividade.** A parca legislação, que é bastante recente, trata mais qualidade do produto para o consumo do que a segurança e saúde do trabalhador, especialmente para os extrativistas.

No caso do Pará, dispõe-se, praticamente apenas do Decreto No 326, de 20.1.2012, do Governo do Estado do Pará, a partir do Programa Estadual de Qualidade do Açaí (instituído pelo Decreto no 2.475, de 10 de setembro de 2010, com as alterações introduzidas pelo Decreto no 250, de 13 de outubro de 2011), direcionado principalmente aos batedores artesanais (tanto de açaí como da outra palmeira, bacaba). Há ainda, na questão ambiental, uma instrução normativa No 9. da Secretaria de Estado de Meio Ambiente, à época, SEMA-PA, de 30.12.2013 (publicada em 2.1.2014).

De qualquer maneira, o que efetivamente se deve considerar é **a exposição de dezenas de milhares de jovens (número que precisa ser melhor avaliado pelos órgãos competentes), muitos sem idade para trabalhar, tanto homens, como mulheres, a uma atividade profissional que exige grande esforço e é de alto risco.**

Do ponto de vista econômico, esta externalidade social – o não reconhecimento dos riscos trabalhistas –, como outras de caráter ambiental, ora não tratadas, não impacta na distribuição de renda da cadeia de valor. Esta insegurança para a saúde do trabalhador não se reflete no preço do produto, ainda que seja conhecida pelos diferentes participantes da cadeia e ignorada por aqueles que exercem maior poder na cadeia – processadores (batedores locais e indústrias, de diferentes dimensões). Os processadores – as indústrias e os bateros apenas se preocupam com o paneiro (cesto) de fruto na porta de seu negócio, sem buscar as verdadeiras condições de sua produção.

E, o mais grave, talvez, seja a total invisibilidade das questões ora tratadas – de segurança do trabalho – para o consumidor final. Há uma visão romântica sobre a coleta na floresta, uma atividade integrada ao meio, e o próprio subir no açazeiro e que, não corresponde à realidade do dia-a-dia do coletor. **Assim, a atividade do peconheiro (quem sobe no açazeiro) é apresentada como algo pitoresco e romantizada, o que esconde o seu altíssimo risco.**

É preciso considerar que, diariamente, na safra, dezenas de milhares de pessoas, no Amapá e no Pará e nos demais estados da Amazônia, arriscam as suas vidas ao subir nos açazeiros para coletar cachos com frutos de açaí. **Pode-se estimar, de maneira bem genérica, que num dia de safra, se cento e vinte mil coletores subirem nos açazeiros em oito a dez árvores cada um, a grosso modo, isto significaria algo próximo a 1 milhão de subidas em açazeiros num dia de pico de safra. Jovens mais ágeis podem subir em mais de 20 pés de açazeiros e, ainda, pulam, de uma árvore a outra, expondo-se a riscos ainda maiores.** A dimensão deste dado, ainda que seja impreciso, por si só, expõe o potencial para a segurança do trabalhador extrativista – o peconheiro.

Como veremos a seguir, a imensa maioria sobe nas palmeiras sem roupa adequada ou qualquer equipamento de proteção individual (EPI), e com uma faca ou facão (terçado), sem bainha, entre seus dentes, ou enfiando em seu calção, provavelmente a única peça de roupa que, eventualmente, será acompanhada por uma camiseta leve. Também se deve considerar, como já mencionado, a longo prazo, o potencial impacto deste tipo de exercício em sua vida, seja na maturidade ou velhice – forçando pés e pernas arqueadas, carregando peso etc.

Muitas atividades são exercidas em momentos de baixa luminosidade, sem contar que, a própria floresta apresenta iluminação natural muito inferior ao usual, especialmente quando há nuvens e, apesar da coleta ocorrer principalmente no período de seca (verão), há chuvas ocasionais que deixam as árvores escorregadias, além da própria umidade natural do ambiente. Enfim, o que o presente trabalho procura discutir, talvez não seja novidade para a maioria das pessoas da região familiarizadas com a atividade. Porém, isto nunca foi tratado sob o ponto de vista da segurança do trabalhador – do peconheiro –, os riscos para sua vida e os impactos para a sua qualidade de vida no futuro.

Em verdade, **como um diagnóstico pioneiro, o estudo tem este caráter de pautar temáticas que não se discutem de forma aberta, que são invisíveis.** Claramente, não está na mesa de negociação da cadeia de valor a questão do trabalho precário da base da pirâmide – do coletor de açaí, o peconheiro. Daí, o estudo primar-se por levantar questões qualitativas, ainda que haja resultados numéricos que apontam questões a relevar.

O que devemos considerar, em essência, é que o açaí se tornou, em poucas décadas a principal, ou uma das principais, fontes de renda para mais de cento e vinte mil famílias de ribeirão, num contexto que há cerca de 1 milhão de famílias de agricultores e extrativistas familiares na Amazônia. Este fato está descrito na pesquisa a seguir.

AS ORGANIZAÇÕES RESPONSÁVEIS PELA PESQUISA

1.4. O INSTITUTO PEABIRU

O Instituto Peabiru é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), com 18 anos de atividade, sede em Belém do Pará, com a missão de *facilitar processos de fortalecimento da organização social e da valorização da sociobiodiversidade para que as populações extrativistas e os agricultores familiares da Amazônia sejam protagonistas de sua realidade*. Atua principalmente na Amazônia e, em especial, no Amapá, Ilhas de Belém, Marajó e Salgado Paraense.

Entre as principais temáticas a que se dedica no momento, destacam-se assistência técnica e extensão rural (ATER), segurança fundiária de quilombolas no Marajó, educação ambiental, direitos das crianças e adolescentes, trabalho precário, cadeias de valor do açaí, de oleaginosas, com destaque para a andiroba, da pesca artesanal, do mel de abelhas nativas, do ecoturismo e da palma (dendê), investimento social corporativo e gastronomia inclusive. Coordena o ProGoeldi, parceria com o Museu Paraense Emílio Goeldi para a revitalização do Parque Zoobotânico, em Belém.

Em 2009, o Instituto Peabiru iniciou o Programa Viva Marajó, com o objetivo de contribuir para a implementação e consolidação de áreas protegidas do Marajó, para a melhoria da qualidade de vida, a conservação da biodiversidade e da cultura e promoção da sustentabilidade. O primeiro projeto deste Programa, realizou uma ampla pesquisa socioeconômica que resultou em dois diagnósticos sobre a região.

O primeiro Diagnóstico Socioeconômico da Mesorregião do Marajó, denominado *Escuta Marajó* [PEABIRU, 2010], de caráter qualitativo, ouviu diferentes segmentos da população marajoara – de representantes do poder público ao caboclo ribeirinho –, em todos os 16 municípios que compõem o território. Como resultado, obteve-se um panorama geral sobre o Marajó, desde a identificação de problemas gerais, principalmente relacionados à falta de implementação de políticas públicas, a ações bem sucedidas – como o processo de regularização fundiária, através dos Projetos de Assentamento Agroextrativistas (PAEs), do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Estes resultados suscitaram a necessidade em se compreender melhor a dinâmica produtiva do Marajó.

Assim, surge o segundo estudo, o Diagnóstico das Cadeias de Valor Sustentáveis e Inclusivas do Marajó: Açaí, Mandioca, Pesca Artesanal e Pecuária, coordenado pelo Dr. Antônio Cordeiro Santana, contou com pesquisadores da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) e do Museu Paraense Emílio Goeldi. Esta pesquisa, realizada em quatro municípios do Marajó (Curralinho – cadeia de valor do açaí; Salvaterra e Soure – Cadeias de valor da Pesca artesanal e pecuária, respectivamente; e Portel – Cadeia de valor da mandioca), buscou, através da abordagem de cadeias de valor, compreender a dinâmica desses produtos, ao analisar as relações de poder intrínsecas à produção e comercialização. O objetivo foi mapear e analisar a realidade socioeconômica e ambiental das cadeias de valor do açaí, mandioca, pesca e pecuária, especialmente importantes para a sobrevivência da população do Marajó, e como elemento potencial para estruturar o crescimento da economia local em bases sustentáveis [CORDEIRO et alii, 2011].

O estudo das cadeias de valor sustentáveis e inclusivas possibilitou refletir sobre políticas de desenvolvimento local capazes de atender às necessidades básicas da população e ajudar a superar os efeitos nocivos da cadeia.

Compreender a dinâmica das cadeias de valor pode propiciar estratégias para a criação de condições para fixar pessoas no território, mediante iniciativa empresarial que estimule a difusão de tecnologias na agricultura familiar, em bases sustentáveis, como alternativas de desenvolvimento, e defendendo a integridade dos interesses das comunidades locais.

Além disto, estes estudos apontam as debilidades locais, em especial com relação à aplicação de políticas públicas, quase inexistentes no território, excluindo o marajoara do acesso a direitos básicos como saúde e educação de qualidade. Apontam, igualmente, a crescente organização e força que os movimentos sociais locais exercem na luta pelo acesso pleno a esses direitos. Nesse sentido, o Instituto Peabiru buscou, em seus projetos, a atuação em redes de parcerias com instituições locais, em especial com o Colegiado de Desenvolvimento Territorial do Marajó- CODETEM e com a ONG Lupa Marajó, com vistas ao fortalecimento da organização social local.

Os projetos para o Marajó são pensados em conjunto com estes parceiros e em resposta às demandas locais, dentro de uma estratégia que prima pelo fortalecimento das capacidades organizativas e produtivas das comunidades, relacionando capital social com

aspectos produtivos. Surgem assim os Projetos *Marajó Viva Pesca*, *Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para Projetos de Assentamentos Agroextrativistas (PAE)*, *Embarca Marajó* e o *Fortalecimento dos Arranjos Produtivos Locais – APL das cadeias de valor do açaí e da andiroba do Marajó*, a saber:

- a) **Marajó Viva Pesca** - Projeto desenvolvido no município de Curralinho, mais precisamente junto às comunidades e congregações do Rio Canaticu, com cerca de 1.500 famílias. Foi concebido e elaborado com a rede de parceiros locais como o Lupa Marajó, a Colônia de Pescadores Z-37 e a Central de Associações do Rio Canaticu. Este projeto, patrocinado pela Petrobrás, através do Programa Petrobrás Socioambiental, e Governo Federal tem como objetivo a recuperação e conservação dos estoques pesqueiros do Rio Canaticu através de acordos de pesca comunitários, com subsídio de pesquisadores de ictiofauna (peixes) e de educação ambiental da Universidade Federal do Pará (UFPA), para jovens e adolescentes moradores do rio;
- b) **ATER Marajó** – Este projeto visa prestar serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural para mais de 870 famílias residentes em 5 PAEs localizados nos municípios de Ponta de Pedras e Cachoeira do Arari (Ponta de Pedras – Santana, Setubal e Soberana; Cachoeira do Arari – Xipaiá e Urubuquara), com foco na produção de açaí e pescado. É parte da Chamada pública do INCRA, Ministério do Desenvolvimento Agrário e Ministério do Desenvolvimento Social;
- c) **Embarca Marajó** – Com o objetivo de implementar ações de desenvolvimento socioeconômico e ambiental, visa fortalecer processos de desenvolvimento local integrado a políticas públicas no Marajó, desenvolvido em parceria com Instituto Internacional de Educação do Brasil (IIEB) e o Instituto Vitória Régia, e apoiado pelo Fundo Socioambiental da Caixa Econômica Federal. Além da rede de parcerias locais, atua em 10 municípios do Marajó (Soure, Salvaterra, Ponta de Pedras, Muaná, São Sebastião da Boa Vista, Curralinho, Bagre, Breves, Melgaço e Portel), e em três eixos:
 - 1. *Socioprodutivas* – Implementação dos Centros de Difusão de Boas Práticas Socioprodutivas – Centros DIBOA, oportunidade onde se valoriza as boas experiências produtivas e de organização social marajoaras para as cadeias de valor do açaí, andiroba e camarão regional, através de intercâmbios locais;
 - 2. *3º Setor Local* – Incubação de uma organização da sociedade civil local, a ONG Lupa Marajó,

fortalecendo sua capacidade de captação de recursos e execução de projetos; e 3. *Artístico* – Apoio a uma organização cultural local na elaboração de um filme e realização de um festival de cinema no Marajó.

- d) **Fortalecimento dos Arranjos Produtivos Locais do açaí e da andiroba do Marajó**
– Subsidiado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) em parceria com o Ministério do Meio Ambiente, foca no fortalecimento das organizações sociais para o desenvolvimento de estratégias para o fortalecimento dos Arranjos Produtivos Locais – *APL*’s do açaí e da andiroba no Marajó. Iniciado em 2013, através do Acordo de Subvenção 22549/2012, este Projeto mapeou e elaborou o Plano estratégico de melhoramento dos *APL*’s e promoveu uma série de oficinas para o fortalecimento das organizações extrativistas locais.

1.5. A FUNDACENTRO

A Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho, FUNDACENTRO, vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Governo Federal, criada oficialmente em 1966, teve os primeiros passos de sua história dados no início da década, quando da preocupação com os altos índices de acidentes e doenças do trabalho crescia no Governo e entre a sociedade. Já em 1960, o Governo brasileiro iniciou gestões com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), com a finalidade de promover estudos e avaliações do problema e apontar soluções que pudessem alterar esse quadro.

A ideia de criar uma instituição voltada para o estudo e pesquisa das condições dos ambientes de trabalho, com a participação de todos os agentes sociais envolvidos na questão, começou a ganhar corpo. Em 1965, após a visita ao País de especialistas da OIT, e de novos estudos sobre as condições necessárias para a implantação da iniciativa, o Governo Federal decidiu pela criação de um centro especializado, tendo a cidade de São Paulo como sede da nova instituição.

Hoje, cinquenta anos depois, a FUNDACENTRO está presente em todo País, por meio de suas unidades descentralizadas, distribuídas em 11 Estados e no Distrito Federal. Atuando de acordo com os princípios do tripartismo, a FUNDACENTRO tem no Conselho

Curador sua instância máxima. Nele estão representados, além do governo, os trabalhadores e empresários, por meio de suas organizações de classe.

O ineditismo e a importância de seus estudos deram à FUNDACENTRO a liderança na América Latina no campo da pesquisa na área de segurança e saúde no trabalho. A FUNDACENTRO é designada como centro colaborador da Organização Mundial da Saúde (OMS), além de ser colaboradora da Organização Internacional do Trabalho (OIT), mantém ainda intercâmbio com países das três Américas, da Europa, além do Japão e da Austrália.

Desde 1975, a FUNDACENTRO desenvolve em parceria com diferentes entidades e instituições públicas e privadas, ações visando a melhoria das condições e dos ambientes de trabalho, tanto na agricultura patronal, como na familiar, objetivando minimizar os riscos dos acidentes e das doenças do trabalho.

Considerando que 80% da população economicamente ativa rural encontra-se alocada na agricultura familiar, constituída basicamente por membros do núcleo familiar não atendidos pela legislação prevencionista, mas especificamente pela norma regulamentadora 31 (NR – 31), diferentes ações da FUNDACENTRO vêm sendo desenvolvidas para esse ramo populacional visando atuar na melhoria das condições e dos ambientes de trabalho.

Assim é que da parceria das diferentes entidades, obedecidos os seus objetivos e suas respectivas missões, é que se busca agir na compreensão e na proposição de diferentes ações e atividades, objetivando a melhoria das condições de vida e de trabalho para as populações extrativistas que atuam na cadeia de valor do açaí.

OBJETIVOS

O objetivo geral deste trabalho é *contribuir para o fortalecimento das comunidades locais produtoras de açaí, para que alcancem maior qualidade de vida e, participem ativamente no controle do planejamento, implementação e monitoramento do desenvolvimento local.*

Como objetivos específicos, no âmbito da proposta deste Diagnóstico, escolheu-se uma comunidade como estudo de caso, destacando-se:

- Aumentar o conhecimento sobre a natureza da coleta do açaí, nas questões relacionadas à segurança e saúde do trabalhador;
- Conhecer as relações da atividade infantil e de jovens na cadeia de valor;
- Avaliar o grau de conhecimento dos peconheiros sobre seus direitos básicos e sobre os riscos de sua atividade; e,
- Avaliar a informalidade das relações de trabalho no setor e propor soluções.

ABORDAGEM METODOLÓGICA

1.6. INTRODUÇÃO

O Instituto Peabiru adota metodologias participativas para o desenvolvimento de seus trabalhos. A participação ativa em todas as etapas da pesquisa, por parte do público preferencial da pesquisa, é fundamental para a obtenção de resultados legítimos. Nesse sentido, as metodologias utilizadas para sua execução se coadunam perfeitamente às desenvolvidas nos trabalhos com agricultores familiares já realizados pela FUNDACENTRO. Ela permite maior apropriação por parte dos grupos beneficiários envolvidos ao formar uma visão crítica acerca do contexto no qual se inserem, de como é possível exigir direitos básicos e, como agir de forma protagonista, visando a transformação de sua realidade, além de contribuir para uma formação política.

Nessa perspectiva, a metodologia adotada visa facilitar diálogos locais, o engajamento dos atores, nos diferentes níveis – jovens, mulheres, homens, produtores, lideranças etc. – a participação efetiva na tomada de decisões, e no processo de negociação com instituições gestoras e outros atores locais (governo local, órgãos públicos reguladores, empresas que fazem parte da cadeia de valor e, partes interessadas), que apresentam impacto significativo na qualidade de vida do grupo e em seu acesso aos recursos naturais.

Neste sentido, obter subsídio para contribuir de forma concreta para o fortalecimento das comunidades locais, para que estas alcancem maior qualidade de vida, e para que participem ativamente no controle do planejamento, implementação e monitoramento de planos de desenvolvimento local é o principal objetivo de nossa metodologia. Entre as finalidades deste processo está aumentar a capacidade de compreensão das atuais limitações de suas vidas (relacionadas a meios de vida sustentável).

Em processos como este, o Instituto Peabiru entende como principal resultado de ação o momento em que comunidades e organizações da sociedade civil local alcançam maior capacidade de agir, reclamar os seus direitos, enfim, exercitar sua completa

cidadania. Este processo se completa na medida que alcança-se maior nível de desenvolvimento humano, garantindo-se benefícios socioeconômicos duradouros e a necessária conservação ambiental.

Fundamentamos nossas ações no conceito geral de cadeia de valor com um abordagem que considera cinco dimensões centrais: 1) Econômica: a habilidade de gerar renda, de consumir e gerar recursos fundamentais para a segurança alimentar, o bem-estar material e a posição social. 2) Humana: fortalecimentos das capacidades individuais; 3) Social (Cidadania): habilidade para negociar e ter voz para influenciar políticas (públicas e privadas) e processos; 4) Cultural: valorização da própria cultura, tanto material como imaterial; 5) Ambiental: habilidade para uso e manejo dos recursos naturais valorizando a biodiversidade e sua integração com a cultura local.

Entendemos ainda que transformação social implica em co-participação de diferentes atores sociais envolvidos, atuando como protagonistas em um processo de transformação social e replicando uma concepção de mundo com relações mais justas de trabalho e com uma lógica de mercado mais solidária. É preciso sensibilizar as pessoas para a compreensão de que há uma lógica possível dentro de uma economia excludente e de alto impacto, que seus modelos, necessariamente, são os únicos disponíveis. Desta forma, a inclusão social de beneficiários das ações deve perpassar, também, pelo estabelecimento conjunto de uma nova ordem, referenciada pela participação dos diferentes atores sociais, com especial atenção à participação efetiva de mulheres e jovens.

O Instituto Peabiru percebe a participação como um ato de troca entre os diversos atores sociais. A perspectiva do trabalho com os grupos busca conhecer o contexto no qual se encontram inseridos, as situações que precisam de intervenção e as alternativas para superação, utilizando para esta finalidade a mediação e o ato comunicativo no processo de acompanhamento dos diversos atores. Metodologias participativas embasam a abordagem do Instituto Peabiru ao longo dos anos, referenciadas no embasamento teórico da pesquisa-ação que procura conhecer e intervir em uma realidade, porém de

forma conjunta entre proponente e beneficiário das propostas [THIOLLENT, 1988; VASCONCELLOS, 1998].

A metodologia utilizada pelo Instituto Peabiru, com foco nos princípios da pesquisa participativa e da abordagem qualitativa, destarte, permite maior apropriação por parte dos grupos do contexto ao qual se encontram inseridos, além de contribuir para uma formação política numa perspectiva freiriana. É parte essencial desse processo o desenvolvimento participativo de indicadores de execução e de resultados para análise e avaliação do desempenho e dos resultados finais do projeto.

Outra perspectiva desta pesquisa se dá na opção em se realizar um estudo de caso. Esta ferramenta de pesquisa, segundo Becker (1994), tornou-se uma das principais modalidades de análise das ciências sociais. O estudo de caso supõe que se pode adquirir conhecimento do fenômeno, adequadamente, a partir da exploração de um único caso, não de um indivíduo, mas de um organismo ou comunidade. Tenta-se aprender o sistema, utilizando as particularidades das experiências como reveladoras da cultura tal como é vivida.

1.7. LOCAL DE ESTUDO

1.7.1. Marajó

A Mesorregião do Marajó é uma região singular, localizada no estuário dos rios Amazonas e Tocantins, por onde passa $\frac{1}{4}$ da água doce dos rios da Terra, constituindo-se no maior arquipélago fluviomarinho do planeta. Sua superfície, de 10,4 milhões de hectares, percorre 16 municípios do Estado do Pará, dimensão maior que seis estados brasileiros como Rio de Janeiro, Espírito Santo, Paraíba, Alagoas, Sergipe e Rio Grande do Norte.

Do ponto de vista ambiental, o Marajó é considerado uma das mais importantes zonas úmidas tropicais do Planeta. Apresenta conjunto de ecossistemas do bioma amazônico e costeiro, de grande complexidade biológica, com diversas ocorrências de endemismos, e espécies ameaçadas, como as 5 espécies de tartarugas marinhas e as 2 espécies de peixe-boi (única região do mundo onde convivem). Existe apenas uma unidade de proteção integral e as demais Unidades de Conservação não chegam a 1 milhão de

hectares, demonstrando que o zoneamento ecológico econômico não está implementado e as espécies ameaçadas não possuem o devido plano de manejo e monitoramento.

O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) considera a Mesorregião do Marajó um Território da Cidadania. Em termos sociais, o Marajó se enquadra como uma das regiões mais pobres do país. Segundo o IBGE (2010), a população total do território é de 487.161 habitantes, dos quais 275.700 vivem na área rural, o que corresponde a 56,59% do total. Possui 23.034 agricultores familiares, 14.618 famílias assentadas e 18 comunidades quilombolas (MDA, 2013). Seu IDH médio (IBGE 2010) é um dos mais baixos do país, é 0,63; o município de Barão de Melgaço, um de seus 16 municípios, o pior IDH entre todos os municípios brasileiros – 0,42.

Na cultura, o Marajó é sem dúvida, uma região com identidade cultural clara e consolidada. O Marajó possui patrimônio material de destaque, apresentando conjunto único de sítios arqueológicos, porém, ameaçados e desprotegidos; detém patrimônio imaterial (mitologia, linguajar, folclore, danças, festejos, culinária etc.) subvalorizados e também ameaçados, além de grande riqueza popular quanto aos conhecimentos sobre o uso dos recursos florestais.

1.7.2. Currallinho

O Município de Currallinho é um dos 16 municípios da Mesorregião do Marajó. É parte da microrregião Furos de Breves, que ocupa sua porção oeste, também conhecida como região de florestas. Seu acesso se dá apenas por meio de embarcações ou aeronaves. Dista de Belém, capital do Estado, 149,79 Km em linha reta, porém, a depender da embarcação e das condições da maré, o tempo de viagem da capital do estado até a sede do município varia entre quatro a dez horas, conforme o tipo de embarcação. Sua população, cerca de 28.549 habitantes (IBGE 2010), apresenta 61,71% das pessoas no meio rural (17.619 habitantes). O município tem nos produtos do extrativismo e da agricultura familiar sua principal fonte geradora de renda. Desta população total, 79,22% vivem abaixo da linha da pobreza, e seu IDH M é de 0,60.

Em termos fundiários, Currallinho, com seus 361.600 ha, apresenta 46,6% de seu território ordenado em terras da União, com destinação definida, entre: a. Projetos de Assentamento Agroextrativistas do INCRA – PAE (24 Assentamentos, 51.632,16 ha); e

Unidade de Conservação Federal, RESEX Terra Grande Pracuúba (116.817,11 ha). O Mapa Fundiário do Marajó, elaborado pelo Instituto Peabiru em 2011, abaixo apresentado, mostra esta situação.

Em 2013, Curralinho apresentou o pior produto interno bruto (PIB) per capita entre todos os municípios brasileiros, com apenas R\$ 2.462,15 por pessoa, diante de uma média nacional de R\$26.444,00. Em Curralinho, o açaí representa, de forma crescente, a maior fonte de renda entre os moradores da zona rural na última década. Segundo o IBGE (2012), o município de Curralinho produziu 960 toneladas de frutos de açaí, gerando o valor de R\$ 2,95 milhões (cerca de R\$ 3,70 por quilo). Todavia, em seus trabalhos com as comunidades do Rio Canaticu, em Curralinho, o Instituto Peabiru e organizações locais apuraram que este levantamento estaria completamente equivocado, ou seja, haveria uma sub-notificação por parte do IBGE, o que mereceria ser averiguado.

Em nossos estudos preliminares, a produção local de meses de safra seria de cerca de dez mil rasas¹ de açaí por dia. Mesmo se contabilizados apenas três dias de produção por semana, durante quatro meses de safra (o pico da safra) alcança-se, somente para o Rio Canaticu, a produção de 6.720 toneladas de açaí fruto, o que geraria o valor de R\$ 24,86 milhões. É preciso lembrar que Curralinho possui outras regiões produtoras, o que certamente dobraria este valor. Assim, se cotejados os dados oficiais (de R\$2,95 milhões) com os dados de apenas um dos grandes rios de Curralinho (R\$ 24,86 milhões) haveria uma grande defasagem. Estes números expressam a distorção entre os dados oficiais e a percepção dos próprios comunitários.

1.7.3. O Rio Canaticu

O Rio Canaticu é um dos quatro grandes rios do Município de Curralinho, juntamente com os rios Piriá, Mutuacá e Guajará. No Rio Canaticu estima-se uma população de moradores de cerca de 1.500 famílias, ou seja, um mínimo de 6.000 pessoas.

¹ Rasas são cestos, geralmente tecidos com fibras locais, e que são utilizado como unidade de medida para a comercialização do açaí, pesam em média 14 kg.

Esta população encontra-se organizada em mais de 40 comunidades e congregações², e estruturada em 29 Associações locais.

O Rio Canaticu é dividido em três segmentos – Baixo Canaticu, Médio Canaticu e Alto Canaticu. Possui diversos afluentes, sejam aqueles habitados ou não. Os afluentes habitados são: à margem direita – *Timbotuba, Aramaquiri, Jatiboca, Buçuteua, Tracuateua, Croarí, Massaranduba, Furo do Cacau, Cupijó, Araçacá, Pariacá, Pariacazinho, Boa Esperança (Pagão), Curupuú, Mututi, Escondido, Uruá;* e à margem esquerda – *Miritipucu, Cuiapí, Lagarto, São José, Chapada, Camucu, Limão, Sorva, Tartaruga, Ipanema, Oleiro, Pucu, Santa Maria, Inajatuba.*

No Alto Canaticu localiza-se parte da Reserva Extrativista Terra Grande Pracuúba (RESEX), administrada pelo órgão federal Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO). Ao longo do Rio Canaticu há 13 Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) federais, administrados pelo INCRA, que compreendem as localidades de Ilha Bela Pátria, Ilha Calheira, Ilha Canaticu, Ilha Nossa Senhora Do Livramento I, Ilha Ponta Alegre, Ilha Ponta Alegre, Ilha Santa Apolônia, Ilha Santa Catarina, Ilha Santa Maria II, Ilha São João I, Ilha São Raimundo, Ilha Sorva e Ilha Tracuateua.

² O termo *comunidade* é utilizado pelos moradores do Rio Canaticu apenas para as pessoas que frequentam a Igreja Católica, enquanto aqueles que seguem as diferentes denominações Evangélicas se organizam em *congregações*. Porém, nenhum dos termos tem qualquer significação territorial ou geográfica.

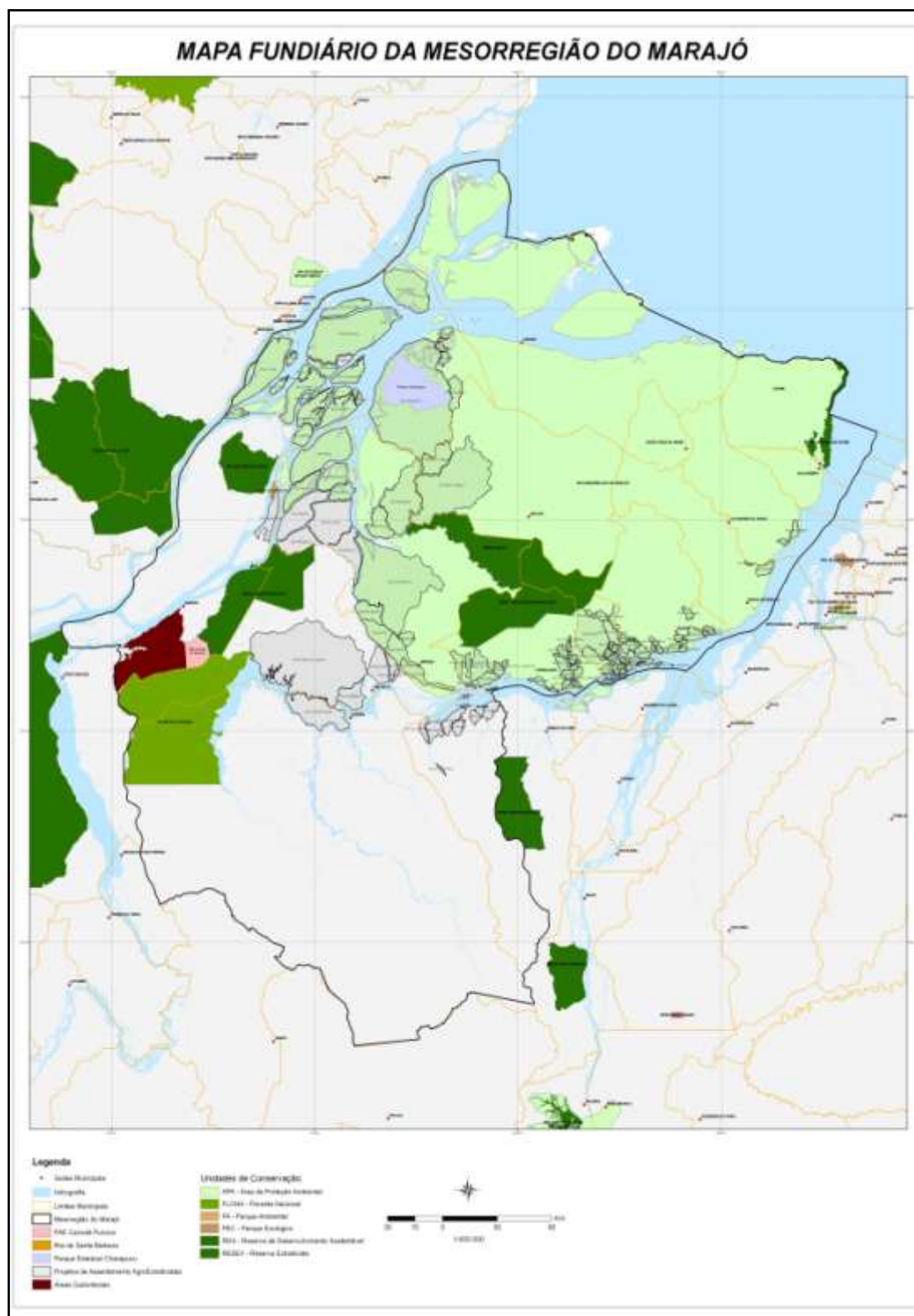


Ilustração 2_Mapa Fundiário do Marajó, Instituto Peabiru, 2011.

Muitas destas famílias, que têm na comercialização do açaí sua principal fonte de renda, viviam, até recentemente, sob os mandos dos atravessadores que estipulavam os valores das rasas. Em meados de 2006, lideranças locais resolveram inverter o poder na cadeia de valor e iniciaram uma estratégia de articulação que visava negociar um preço mais justo pela sua produção. Nasce, assim, a Central de Associações do Rio Canaticu, organização informal convergindo as associações locais. A princípio, esta Central funcionava como um atravessador e negociava a produção das famílias por um preço mais elevado que o oferecido pelos atravessadores. Nesse sentido, num mesmo ano, devido a concorrência estabelecida entre a Central e os atravessadores, a comercialização da rasa no Rio Canaticu passou de R\$1,00 para R\$15,00 até o final da safra.

Este bom resultado fortaleceu o sentido de união e levou as associações a discutirem outras questões relevantes ao desenvolvimento local, tais como: os Fundos Florestais Comunitários, os portos para o escoamento do açaí; os Acordos de Pesca do Rio Canaticu; a educação e, mais recentemente, a formação da Cooperativa Sementes do Marajó.

Mesmo depois de conseguirem atingir um valor mais justo pela produção, os comunitários perceberam a necessidade de se criar uma reserva de dinheiro para o período da entressafra. Assim surgem os portos do açaí, primeiramente com as famílias do Rio Pagão (Rio Boa Esperança). Estes fundos consistem em uma pequena poupança feita por cada família ligada à Associação local na entrega da produção diária no porto que agrega a produção. A cada rasa entregue é deixado R\$1,00 para a pessoa responsável pelo porto. Esta pessoa é apontada pela associação local em assembleia, e sua função é anotar o valor deixado em nome de cada família. Ao final da safra, usualmente no mês de dezembro, cada família pode resgatar o valor total deixado.

Esta estratégia, além de intensificar a cooperação e laços de confiança entre os comunitários, o que adensa ainda mais seu capital social, serve como mais uma forma de se estabelecer maior poder da base na cadeia de valor. Pois, com a produção reunida, aumenta-se o poder de barganha dessas famílias frente aos atravessadores.

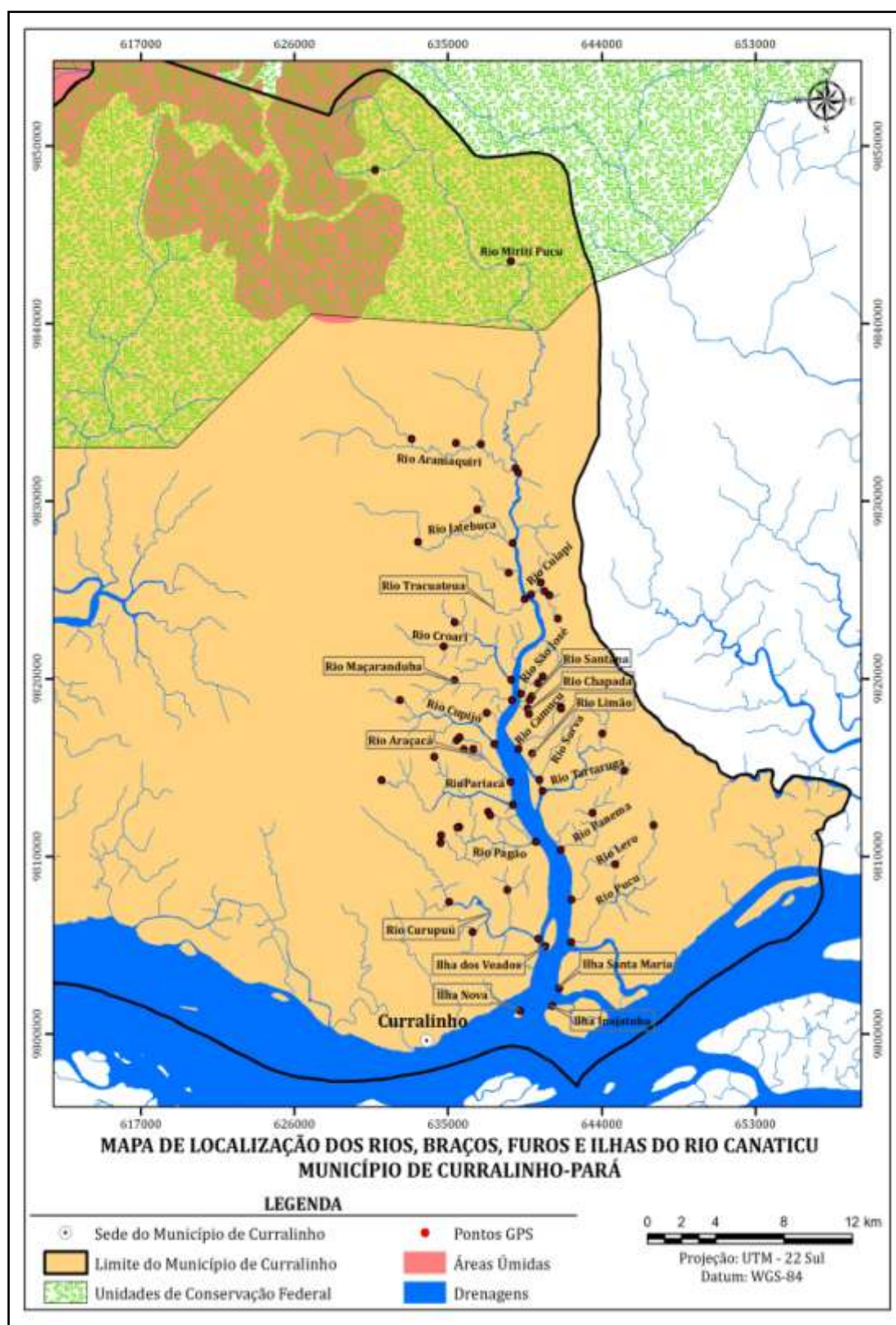


Ilustração 3 – Mapa de afluentes e Furos do Rio Canaticu, Curralinho/PA

Este grande adensamento de capital social acaba por atrair diversos parceiros para dentro da lógica do desenvolvimento local, devido a sua força de coesão, dentre os quais o Instituto Peabiru. Atuando desde 2010 no território marajoara, a partir de 2011 o Instituto Peabiru inicia trabalhos no Rio Canaticu, com a realização de diagnóstico em parceria com o Museu Paraense Emílio Goeldi e UFRA sobre o açai, como parte do Projeto Viva Marajó.

Será, porém, em 2013, que esta relação se consolida, com o projeto Marajó Viva Pesca, executado pelo Instituto Peabiru em parceria com a ONG Lupa Marajó, a Central de Associações, a Universidade Federal do Pará, a Colônia de Pescadores Z-37, o CODETEM e a Prefeitura Municipal de Curralinho, com o patrocínio do Edital Público Petrobras Socioambiental. Este Projeto, que visa o ordenamento pesqueiro do Rio Canaticu, serviu como oportunidade para os moradores do Rio Canaticu, através de diversos encontros e reuniões promovidos pelo Projeto, de se conhecerem e discutirem suas problemáticas comuns, além de traçar estratégias para o enfrentamento destes problemas.

Dessa força, e devido a outras parcerias que se uniram nesse rede, como o Instituto Pro-Natura e o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP), em 2014 formou-se a Cooperativa Sementes do Marajó. Com esse acúmulo de capital social, devido a todas aquelas estratégias, a Central de Associações do Rio Canaticu galgou um passo a mais em sua trajetória, a formação da cooperativa, visando promover o aprimoramento e a valorização da sua produção e melhor se posicionar na cadeia de valor do açai.

É em função deste cenário e ao histórico de forte organização social local, além da força das famílias do Canaticu para seu próprio desenvolvimento, tendo no açai seu principal expoente, que o Instituto Peabiru, propôs ao Programa Trabalho Seguro, do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região – TRT8, realizar a pesquisa de campo do diagnóstico sobre as condições de trabalho no açai nesta localidade.

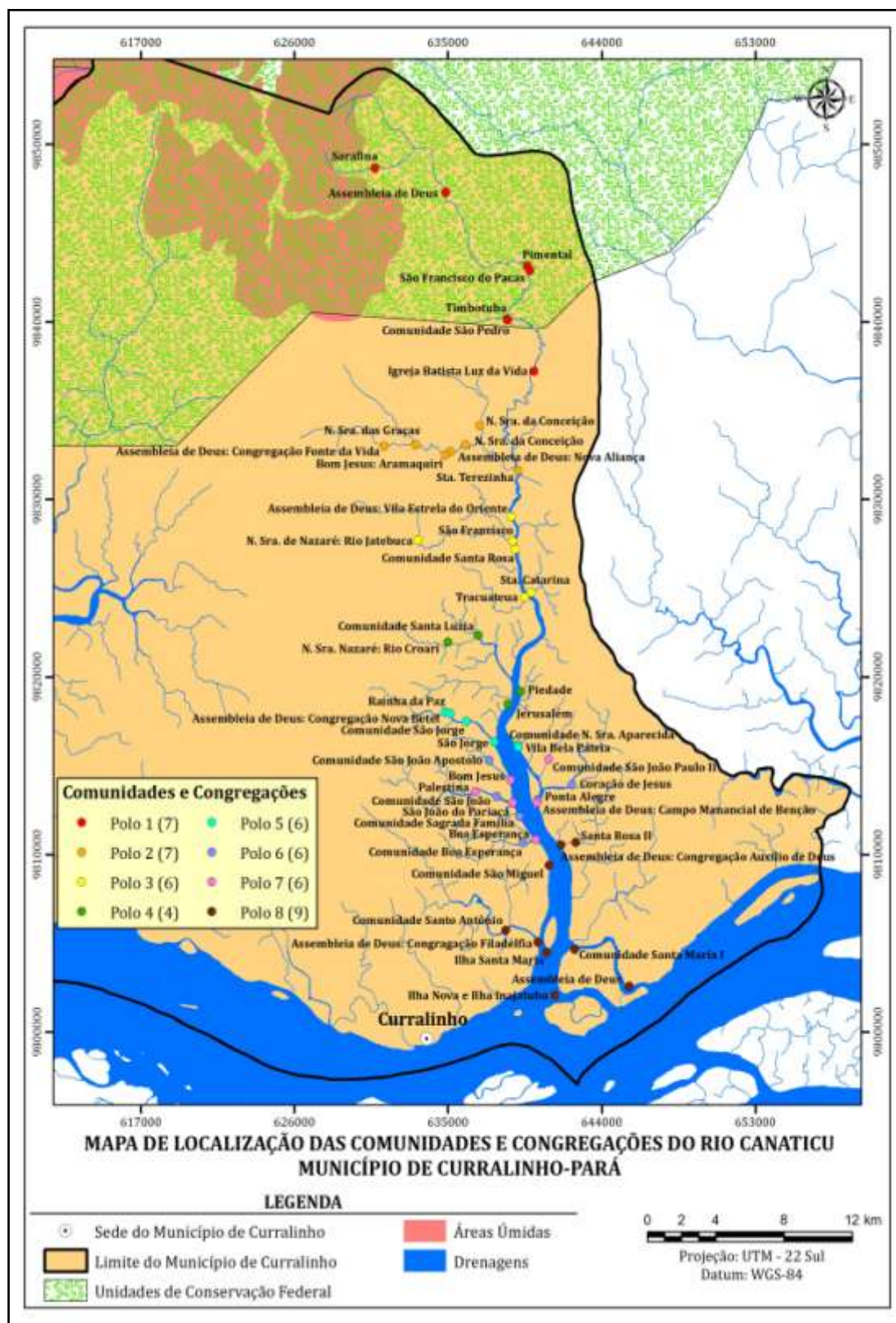


Ilustração 4 – Mapa das comunidades e congregações do Rio Canaticu, Curralinho/PA

ATIVIDADES

A metodologia definida em comum acordo entre o Instituto Peabiru e a FUNDACENTRO constituiu-se de sete etapas, a saber:

1. **Levantamento bibliográfico**, visando apontar o conhecimento sobre o tema;
2. **Escuta com lideranças locais**, realizada a partir de oficina participativa com lideranças para apontar principais questões a analisar na pesquisa;
3. **Vivência na comunidade**, permitindo a observação da atividade extrativista por especialistas de segurança do trabalho;
4. **Pesquisa quantitativa**, planejamento, teste e aplicação de questionários, tabulação e análise dos resultados;
5. **Discussão dos resultados com as comunidades**, apresentação dos resultados da pesquisa para apreciação e validação pelas partes envolvidas e lideranças locais antes consultadas;
6. **Discussão dos resultados entre técnicos**, avaliação pela equipe do Peabiru e, em segundo momento com o Programa Trabalho Seguro do TRT-8, MPT e FUNDACENTRO sobre resultados alcançados; e
7. **Redação final**, apresentação dos resultados no presente documento.

Estas perspectivas metodológicas nortearam o desenvolvimento dos trabalhos e o desenvolvimento da visão da equipe responsável pela ação. Assim, como primeira atividade, organizou-se um conjunto de reuniões e trocas de e-mails e telefonemas entre a equipe do Instituto Peabiru e a FUNDACENTRO, a fim de balizar as etapas do estudo, respeitando a metodologia proposta. Decidiu-se, destarte, que a pesquisa seria dividida em sete etapas acima comentadas.

1.8. LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO

Em julho de 2015 foi concluído um primeiro levantamento bibliográfico, realizado no período dos quatro meses anteriores. Este documento foi preparado pelo antropólogo Luis Ravagnani, consultor do Instituto Peabiru, e traça um breve panorama sobre o olhar da academia acerca da cadeia de valor do açaí. Este foi dividido em 10 sessões (açaí, trabalho e criança; açaí e trabalho; açaí e economia; FUNDACENTRO: manuais e documentos; açaí e comércio; açaí e saúde; açaí e território; segurança pública; exploração do trabalho; e açaí e identidade). Este documento contribuiu para estruturar a pesquisa sobre as condições de trabalho do peconheiro.

Além dessa etapa do levantamento bibliográfica, realizou-se uma entrevista com o prof. Dr. em Antropologia, Romero Ximenes, da Universidade Federal do Pará, autor da tese intitulada: “Assahy-yukicé, iassaí, oyasaí, quasey, açã, jussara, manacá, açaí, acayberry: rizoma”. Houve, ainda uma conversa com o Hélio Andrade Filho, da FUNDACENTRO-PA.

Vale ressaltar que este documento não tem a pretensão de ser um apanhado completo sobre o tema, uma vez que as pesquisas sobre a questão não podem ser completamente mensuradas ou tidas por finitas, bem como o contato e entrevistas com pessoas e instituições que estejam de alguma maneira envolvidas com os temas correlatos. De qualquer maneira, espera-se como este breve levantamento, incentivar novos trabalhos e pesquisas e estimular um processo de coleta sistemática de bibliografia sobre o tema. O documento *Levantamento Bibliográfico Preliminar*, de 31 de julho de 2015 [PEABIRU, 2016], encontra-se publicado em separado, o que permite que sofra acréscimos e revisões constantes.

1.9. ESCUTA COM LIDERANÇAS LOCAIS

Em 28 de outubro de 2015 ocorreu a primeira oficina participativa com lideranças locais, na sub-sede da colônia de pescadores Z-37, de Curralinho, com a participação de 14 pessoas, entre representantes do poder público e da sociedade civil de Curralinho, especialmente do Rio Canaticu, todos ligados à atividade extrativista do açaí. Além de instituições relacionadas diretamente à atividade produtiva, como o Sindicato dos

Trabalhadores e Trabalhadores Rurais de Curralinho (STTR) e a Secretaria Municipal de Agricultura, estiveram presentes a Secretaria Municipal de Educação, a Secretaria Municipal de Saúde e entidades da sociedade civil, como a Lupa Marajó, que atua na mobilização e no fortalecimento da organização social local.

A oficina iniciou-se com a exposição dos participantes da pesquisa e sobre a preocupação do Programa Trabalho Seguro, do TRT-8, com a questão do trabalho precário no extrativismo do açaí, resultado das discussões anteriores entre os diferentes atores da pesquisa. De imediato ficou claro a importância de discutir sobre o papel dos órgãos públicos de saúde e segurança do trabalho relacionados à cadeia de valor do açaí e da FUNDACENTRO. Observou-se, entre outras questões, que **a coleta de dados oficiais sobre acidentes relacionados ao trabalho do açaí é precária**. Entre as principais razões estaria a falta de apontamento sistemático e de articulação entre os diferentes órgãos públicos, o que incluiria, ainda os sindicatos rurais.



Ilustração 5 – Oficina Participativa sobre as condições de trabalho do peconheiro, Parque Verde, Curralinho, PA.

Como forma de guiar as contribuições dos participantes, foram feitas duas perguntas norteadoras, como – quais os acidentes mais comuns na atividade da peconha?

Nesta questão, comentou-se que muitos jovens faltam às aulas e o rendimento escolar cai drasticamente, pois, *está na peconha*. Diversos relatos apontam que jovens deixam de ir para a escola para conseguir bater a metas de produção do açaí. A crença

geral é que deveria haver um equilíbrio entre as atividades da escola e do trabalho. Nesta questão, da evasão das escolas no período da safra do açaí, avaliou-se que houve avanços no sentido contrário – de buscar maneiras para que o jovem permaneça estudando. No entanto, concordou-se que isto só é possível quando há apoio familiar e a família compreende que a educação formal representa uma possibilidade para um *futuro melhor*.

Outra questão proposta é mudar o período de férias para setembro e outubro, período de safra, o que permitiria a atuação de jovens tanto no trabalho como na escola.

Concluiu-se, ainda, que o conteúdo programático das escolas é problemático, bem como a jornada de aulas que deveria considerar o contexto está distante da realidade local. A falta de Planos Políticos Pedagógicos que sejam mais específicos e baseados em pesquisas e diagnósticos locais da realidade rural e da urbana, ganha destaque, também, a partir do seguinte relato: Quando o jovem ganha autonomia monetária cedo, outros problemas também chegam, começa o consumo da droga, do álcool, da prostituição, acaba se expondo a situações de risco mais cedo, com essa autonomia.

Outra situação exposta foi a questão do grande volume de dinheiro que o jovem passa ter em suas mãos em curto prazo. O grupo apontou que tanto isto representa uma oportunidade de recursos para si, quanto para apoiar a família. Ao mesmo tempo, aumenta o acesso a álcool, drogas etc. Argumenta-se que a escola em tempo integral seria a mais interessante, pois assim este jovem poderia aprender sobre o açaí ou a roça dentro do período escolar, em turnos diversos.

Também se discutiu sobre o acesso dos peconheiros aos benefícios sociais para a saúde. Comentou-se que a maior parte dos coletores não é registrada no Sindicato de Trabalhadoras e Trabalhadores Rurais (STTR). Em diversas vezes, o peconheiro está associado à Colônia de Pescadores e não ao Sindicato Rural, ou mesmo, em nenhum dos dois, ficando completamente desamparado. Daí resulta que muitos dos acidentados não conseguem acesso a benefícios sociais. A questão é mais grave quando se analisa que muitos não são associados a entidades sindicais por insuficiência de documentação para ser apresentada ao sindicato.

A seguir, para compreender, com mais detalhe, as formas de acidentes de trabalho na cadeia de valor do açaí, procurou-se aliar as partes do corpo humano usualmente afetados, bem como, os ferimentos mais comuns na atividade da peconha, a saber:

- Cabeça: picadas e ataques de abelhas e cabas (vespas e marimbondos), e ferrada de insetos (lacraias, escorpiões, aranhas etc.). Ataques de aves que nidificam no local, queda de faca (terçado) na cabeça de quem está no chão, esperando o cacho do açaí;
- Especialmente em relação aos olhos, o maior problema é a sujeição a espetadas das ponta de galhos e folhas;
- Braços: fraturas por conta de queda, escoriações pra descer do açaí, corte nos braços pela faca;
- Ombros e peito: rasgadura, distensão muscular, causada pelo esforço físico excessivo;
- Costas e nádegas: furo da ponta da facas, furos em função dos tocos das árvores velhas;
- Pernas: cortes, picadas de cobra, ferimento com machado na época do manejo, além do esforço físico de segurar na árvore, levando ao arqueamento das pernas; e
- Pés: calos, ferradas de peixe arraia, choque do peixe-elétrico (poraquê), picadas de aranha, pisão (pisada forte) em tocos.

Por fim, o grupo buscou identificar quais práticas de manejo e quais ferramentas já foram experimentadas em Curralinho, mais especificamente no Rio Canaticu:

- O açaí RBS EMBRAPA já foi tentado, mas não se adapta em terreno de várzea. Segundo apontam, a árvore não produz;
- A vara para a colheita do açaí, feita de vergalhão, dá certo para as áreas de manejo onde as árvores estão mais baixas. Considera-se, ainda, que seu uso torna o trabalho mais ágil;
- Outro tipo de equipamento retrátil que auxilia a pessoa na subida da árvore foi visto em municípios vizinhos, como Igarapé Mirim e Abaetetuba, mas ainda não foram testados nos açaizeiros de Curralinho.

Todos os presentes afirmaram que estão propensos a utilizar o que estiver disponível para aumentar a segurança da atividade, mas reconhecem que, provavelmente, não haja apenas uma única solução. Entendem que é necessária a combinação de um maior manejo dos açaizais, o apoio com linhas de crédito para a entressafra, a maior assistência técnica e o uso de equipamentos de extração do cacho de açaí.

Para testar estes novos métodos, a Cooperativa Sementes do Marajó se dispôs a realizar mutirões para o manejo do açaí e comparar com áreas de exploração tradicional. Além disso, propôs-se a realizar um levantamento primário de dados extraoficiais sobre

acidentes, com a afixação de planilha de verificação na casa dos extrativistas, para que este possa marcar todos os tipos de acidentes, seja dos mais corriqueiros, como uma ferrada de formiga, até os mais graves, no caso de quedas do açazeiro.

Promoveu-se amplamente o debate, oferecendo-se aos participantes a oportunidade de expor as experiências a partir de suas perspectivas – seja como representantes de órgãos ligados à saúde e ao trabalho. Este conjunto de observações foi fundamental para orientar o questionário e as ações da pesquisa de campo e a vivência na comunidade.

1.10. VIVÊNCIA NA COMUNIDADE

Como forma de se compreender melhor a realidade do peconheiro em seu dia-a-dia e da comunidade em que se insere, a equipe visitou um conjunto de famílias no Rio Canaticu, especialmente na Comunidade Sagrada Família.

A metodologia adotada foi a da observação sem a intervenção do observador, a não ser com perguntas para o esclarecimento da atividade. Igualmente, inexistia um roteiro definido. Assim, os técnicos em segurança do trabalho da FUNDACENTRO acompanharam a rotina típica de um produtor. Destarte, dedicaram-se a analisar as diversas atividades que compõem o extrativismo de açaí, desde o momento que o peconheiro sai de casa até seu regresso com o fruto. Esta ação tem como finalidade a observação e o registro em imagens da atividade para avaliar seu impacto laboral sobre o corpo e os diferentes riscos de acidentes a que se expõem os peconheiros.

Na comunidade Sagrada Família esta atividade foi realizada com o auxílio do Sr. José Carlos de Oliveira, que se prontificou a demonstrá-la, como forma de avaliar os riscos potenciais. Percebeu-se que na chegada ao açazeiro, área de várzea sob influência da maré, há o risco de se estrear o pé, pois não há utilização de qualquer calçado. O terçado, ou facão, são utilizados diretamente no cóis do short, ou bermuda, sem bairna.

Há, ainda, riscos reais de ataques de insetos, como abelhas, pois em algumas árvores, devido a sua altura e à densidade de outras espécies nesse açazeiro, aumenta a dificuldade de visualização das copas. Na subida do açazeiro, medindo em média 10 a 15 metros de altura, há também o risco, corroborado por diversos relatos, de quebra da estirpe.

É comum entre os peconheiros, que precisam aumentar o volume de sua produção em horário determinado (Não se pode subir no açazeiro depois que o sol está à pino, a

partir das 10 horas da manhã, pois a estirpe fica demasiada quente, o que pode causar ferimentos no corpo do extrativista).

Na descida, há a possibilidade real de o extrativista, que vem deslizando pelo tronco da árvore, acabe *queimando* o peito ou partes dos braços e pés. Na descida, as chances de queda aumentam muito, pois é comum, segundo relatado, que os extrativistas desçam com até 4 cachos (cada cacho chega a pesar 5 kg), utilizando ambas as mãos, o que o faz descer somente utilizando as pernas e os pés.

Nas descida, muitas vezes, não se consegue enxergar o chão devido a copa das árvores menores, o que aumenta o risco de *empalamento* (ferir-se com os antigos troncos das outras estirpes do mesmo açazeiros que se apresentam como um grande feixe de espetos, o que afeta tanto as nádegas, quanto, se for de alto impacto, a coluna vertebral). Por não se enxergar direito, na descida aumenta o risco de perfurar membros, e inclusive os olhos, pois as folhas novas dos açazeiros podem ser pontiagudas e firmes.



Ilustração 6 – Sr. José Carlos de Oliveira demonstra a extração do açaí, Rio Pariacá Mirin (Afluente do Canaticu), Curralinho, PA.



Ilustração 7 – Sr. José Carlos de Oliveira fabricando a peconha, Rio Pariacá Mirin (Afluente do Canaticu), Curralinho, PA.

Em visita a outro produtor, Sr. João Santiago Firmino, 57 anos, a equipe conheceu um profissional que há cerca de vinte anos, em meados dos anos 1990, sofreu acidente com a queda de um açaizeiro de mais de 10 metros de altura. Este relatou que durante 10 anos ficou impossibilitado de exercer suas atividades e, inclusive, por alguns anos não pode andar. Nesse período buscou o INSS para receber o auxílio saúde, porém embora fizesse diversas tentativas não conseguiu acessar seus benefícios. Ademais, informa que foi enganado por um estelionatário, que surgiu no Rio Canaticu e buscava pessoas em situação similar a sua, prometendo resolver a situação junto ao INSS.



Ilustração 8 – Entrevista com o Sr. João Santiago Firmino, Rio Pariacá (Afluente do Canaticu), Curralinho, PA.

A partir destes relatos e de outras visitas, a equipe organizou, de maneira simplificada, como se processa a coleta do açaí, procurando, de maneira sucinta, determinar alguns dos riscos a que os peconheiros são ali expostos, a saber:

a. A caminhada em meio ao terreno alagadiço de várzea, onde existem poraquês, cobras, escorpiões e outros animais, além do risco de estrepe, prender o pé e outros. Trata-se de atividade que exige bom preparo físico, especialmente porque se carregam paneiros (cestos), sejam os vazios, empilhados, sejam os cheios de açaí. Os riscos se agravam quando o extrativista está sozinho e não quem possa socorrê-lo;

b. A passagem por pinguelas e outras tábuas e pontes improvisadas, para cruzar cursos d'água ou acessar os trapiches (portos, em que troncos de miriti ou outros servem de passarela), que geralmente são escorregadias, por conta do limo, lama ou vegetação que está sobre estas superfícies, oferece risco de tombo, baque, e mesmo ferir-se com o facão na queda;

c. A rotina de remar longos trechos sob o sol e, eventualmente, passando em regiões onde há galhadas, sujeitas a cortes, encontro com animais peçonhentos, além de abelhas, formigas etc. e levar os paneiros (cestos) vazios até o local da coleta resulta em atividade que pode significar muitas horas, inclusive em períodos de baixa iluminação. Em algumas localidades, sujeita-se, ainda, a momentos de maré forte, banzeiro resultado de ventanias ou correntezas fortes, chuvas etc.;

d. A preparação da subida no açaizeiro, com a limpeza do local, a preparação da peconha (o laço feito da folha do açaizeiro ou outro material plástico);

e. A subida no açaizeiro e o grande esforço que se faz utilizando pés, pernas, braços e mãos, a colheita do cacho, a descida com um ou mais cachos, e os riscos de quebra de árvore, encontro com animais peçonhentos e, na descida, furar nos antigos troncos de açaizeiros (empalamento);

f. A troca de árvores, sem descer, com e sem cachos é sem dúvida a atividade de maior risco, lembrando-se que o peconheiro está, usualmente, com um facão descoberto numa das mãos ou enfiado na bermuda;

g. A atividade de derriça dos frutos do cacho e a montagem dos paneiros, ao seu transporte em área de várzea até a embarcação ou a casa é um trabalho que exige destreza, e rapidez. Muitas vezes é realizado por mulheres que acompanham os jovens e os homens ao local de colheita; e

h. A baldeação dos paneiros do casquinho (pequeno barco) para barcos maiores ou um dos portos para juntar com demais cargas, atividade que é realizada, em geral, por diversos membros da família.

Também se tratou dos riscos relacionados ao manejo dos açaizais, onde o extrativista está sujeito à queda de árvores, galhos, cobras, ataque de abelhas, a machucar-se com o terçado (facão) ou machado, e se vê obrigado a carregar troncos. Discutiu-se, ainda, a atividade de abertura de canais, para a passagem de canoas visando que estas estejam mais próximas das áreas de colheita.

1.11. PESQUISA QUANTITATIVA

1.11.1. Preparação dos questionários

Inicialmente, a equipe conjunta da FUNDACENTRO e do Peabiru preparou uma primeira minuta do questionário, baseado na experiência da FUNDACENTRO com outras cadeias de valor, notadamente a da citricultura, conforme o *Estudo das condições em ambientes de trabalho na citricultura no Estado de Sergipe: Caracterização do Sistema de produção e de acidentes do trabalho* [FUNDACENTRO, 2014].

Decidiu-se que, para se compreender estatisticamente a realidade dos peconheiros, por um questionário com 69 perguntas, divididas em 4 sessões – Perfil do entrevistado; Comercialização; Trabalho no açaizal; e Acidentes de trabalho. Vide ao final deste documento o modelo do questionário aplicado.

1.11.2. Teste dos questionários

A seguir, visando capacitar os aplicadores e avaliar a qualidade do questionário, a equipe do Peabiru fez uma aplicação simulada em campo para realizar os ajustes necessários para o bom andamento do trabalho. Este trabalho foi realizado na comunidade Sagrada Família, entrevistando-se moradores locais. Um dos entrevistados foi o técnico do Instituto Peabiru, Márcio Barreiros, pois além de ser peconheiro, seria ele um dos que aplicariam o questionário.

Com esta atividade, que está representada na fotografia abaixo, a equipe pôde opinar sobre a dinâmica das perguntas e sobre a forma como estas perguntas estavam estruturadas, afinando-se dessa forma, o instrumento de coleta de dados.

1.11.3. Aplicação dos questionários

Do universo das 1.500 famílias moradoras do Rio Canaticu, decidiu-se por pesquisar a região do Médio Rio Canaticu, pois se trata da região mais densamente povoada do rio, com cerca de 1.029 famílias e, principalmente, por praticarem há mais tempo o manejo de açaí, representando, desta maneira, a realidade da maior parte dos extrativistas de açaí do Estuário do Amazonas & Tocantins. Ao todo, foram visitadas 21 localidades ao longo do Rio Canaticu. A tabela abaixo, resultado de levantamento

realizado pelo Instituto Peabiru em 2015, como parte do Projeto Marajó Viva Pesca, apresenta a quantidade aproximada de famílias.



Ilustração 9 – Teste do Questionário utilizado na pesquisa Diagnóstico das condições de trabalho do extrativista de açaí, o peconheiro, Rio Canaticu, Curralinho, PA.



Ilustração 10 – Técnico do Instituto Peabiru, Márcio Barreiros, na aplicação dos questionários, Rio Canaticu, Curralinho, PA.

Para fins amostrais, considerou-se, ainda o tempo e os recursos disponíveis e a homogeneidade da amostra. Definiu-se por ouvir uma parcela de 7% do total de famílias estimadas (1.029 famílias). Nesse sentido, foram aplicados 72 questionários conforme quadro abaixo:

Tabela 1 – Lista de comunidades e quantidade de entrevistas a realizar

Tabela 1 - Lista de comunidades e quantidade de entrevistas a realizar				
Polo	Rio	Comunidades/Congregações	Nº estimado de famílias	Amostr a
Polo 1 - Escola Municipal Maçaranduba	-	Stª Catarina	34	2
	Croarí	Nsª Srª de Nazaré	50	4
		Stª Luzia	50	4
	-	Piedade	100	7
	-	Jerusalém	50	4
	Cupijó	Rainha da Paz	50	4
		Assembléia de Deus	30	2
		São Jorge	40	3
	-	Bela Pátria	100	7
Total			504	35
Polo 2 - Escola Municipal Feliciano Perez Dutra - Calheira	Araçacá	Bom Jesus	30	2
	Pariacá	Palestina	40	3
		São João	20	1
		Sagrada Família	10	1
	Pagão	Boa Esperança	45	3
		Calheira	65	5
		Stª Maria	100	7
	Ipanema	Stª Rosa II	50	4
	Tartaruga	Sagrado Coração de Jeusus	65	5
		Assembléia de Deus	35	2
		Ponta Alegre	25	2
	Sorva	Sorva	40	3
Total			525	37
Total Geral			1.029	72

1.11.4. Tabulação e Análise dos resultados

Uma vez reunidos os questionários preenchidos, estes foram tabulados pela equipe do projeto na sede do Instituto Peabiru, e preparadas as tabelas para apresentação dos resultados, conforme segue.

1.11.4.1. Perfil do entrevistado

Os questionários foram aplicados entre 17 e 20 de novembro de 2015. A população amostral de 72 pessoas entrevistadas é formada por 92% de homens e 8% de mulheres, com idade média de 40 anos (Figura 1).

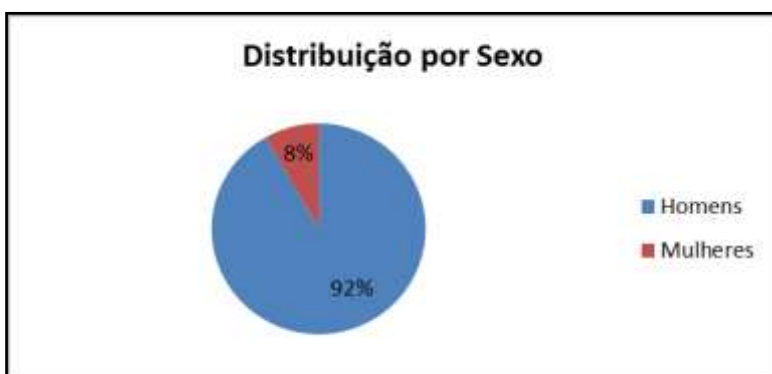


Ilustração 11 - Gráfico de distribuição por sexo

Em relação ao estado civil, 40% dos entrevistados são casados, 40% estão em união estável e 20% se declaram solteiros. (Figura 2)

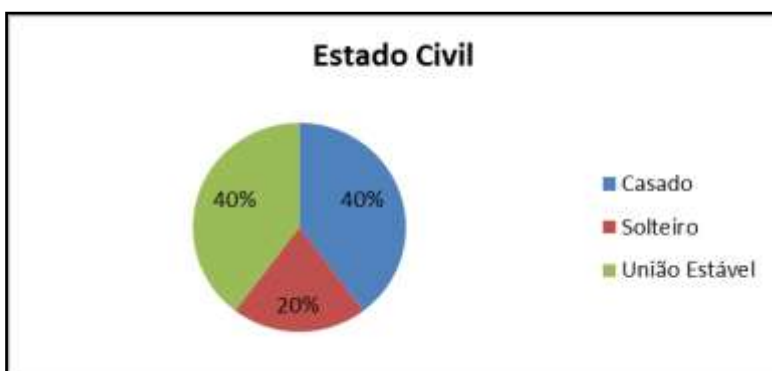


Ilustração 12 - Gráfico de estado Civil

Em se tratando dos programas de assistência financeira do governo federal, o percentual de pessoas que recebe cada um destes benefícios está descrito no quadro abaixo:

Tabela 2 – Composição de renda por subsídios governamentais

Bolsa Família	48%
Bolsa Escola	19%
Bolsa Verde	47%
Aposentadoria / Pensão	14%

Cada família apresentou uma média de 5 moradores por residência.

Quando perguntados sobre as atividades que desenvolvem fora de casa, 67% declara que desenvolve atividades agroextrativistas fora do estabelecimento rural, e 18% declara que desenvolve atividades não-agroextrativistas fora do estabelecimento rural. Destes últimos, 59% são funcionários públicos.

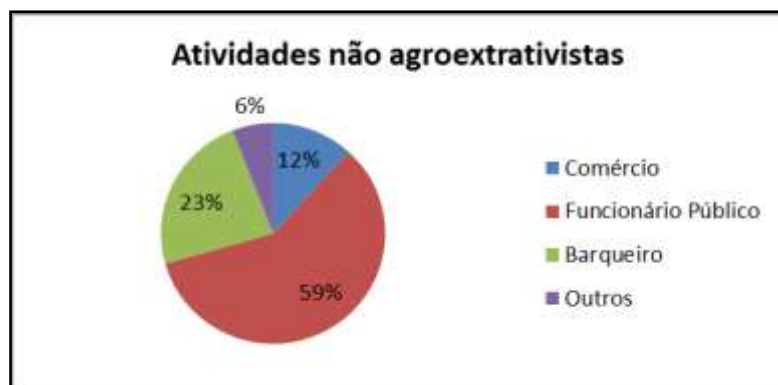


Ilustração 13 – Gráfico de atividades não agroextrativistas

Segundo os entrevistados a renda familiar média mensal é de aproximadamente R\$1.571,00 (hum mil e quinhentos e setenta e hum reais). Observe-se que esta é bastante diferente da apurada pelo IBGE como exposto no início do presente trabalho.

Os componentes desta renda estão dispostos no quadro a seguir:

Tabela 3 – Composição de renda familiar

Renda mensal - Aposentadoria e pensão	R\$ 214,88
Renda mensal - Atividades fora de casa	R\$ 357,21
Renda Mensal - Programas Sociais	R\$ 231,47
Renda mensal - venda de açaí	R\$ 625,56
Renda mensal - Pesca ou outra atividade	R\$ 142,24

	RENDA	MÉDIA	R\$1.571,3
TOTAL		6	

Ao comparar a renda obtida com a venda do açaí, com a renda familiar mensal, identifica-se que a maior parte da população (31%) depende do açaí em 50 a 75% de sua renda.

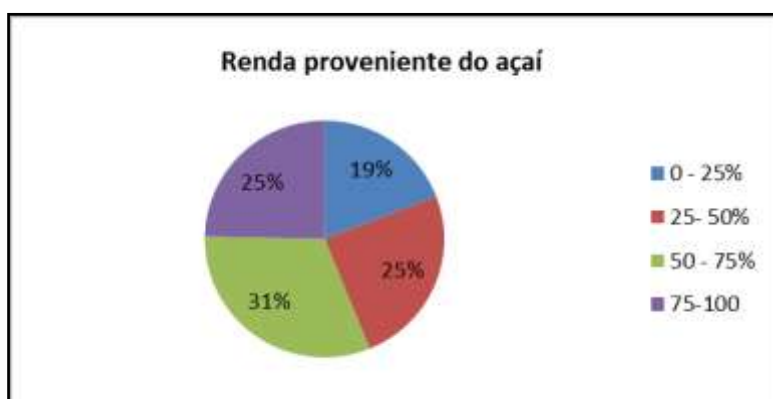


Ilustração 14 – Gráfico de renda proveniente do açaí

1.11.4.2. Comercialização

Em se tratando da quantidade de açaí vendida em 2014, a maior parte das famílias vendeu de 100 a 250 rasas (cestos) durante a safra, com um preço médio por rasa de R\$26,40 (vinte e seis reais e quarenta centavos).



Ilustração 15 – Gráfico de quantidade de rasas de açaí vendidas em 2015

Dentre os entrevistados, 92% afirmam que a sua principal renda é decorrente da venda do açaí. Apesar disso, apenas 10% já recebeu assistência técnica, e somente 25% obteve crédito rural em 2014.

Em relação ao manejo do açaí, verifica-se que esta prática está bastante disseminada na localidade, sendo realizada por 86% dos entrevistados. Mesmo assim, apenas 36% produzem açaí na entressafra.

Um total de 100% dos entrevistados responderam que só derrubam o açaizeiro para extração de palmito durante o período de limpeza do açaizal (manejo do açaizal), o que ocorre fora do período de safra.

Nenhum dos entrevistados faz controle de pragas e doenças.

Quando indagados sobre a forma de comercialização, 88% dos produtores afirmam que sua principal forma de comercialização é a venda para atravessadores. Assim, 78% dos entrevistados obtêm informações sobre o preço do açaí com o atravessador (conhecido também por marreteiro).

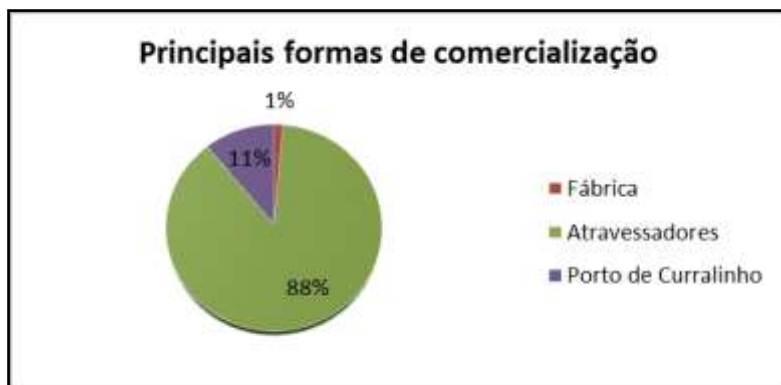


Ilustração 16 – Gráfico de principais formas de comercialização

Cerca de 95% dos produtores acreditam que o açaí não é vendido por um preço justo. Segundo eles, o preço justo para um valor mínimo seria R\$25,00 por rasa. Observe-se que o preço médio alcançado foi superior (R\$ 26,40, vide dado acima). No entanto, o preço mínimo é bem inferior.

Quanto à comercialização, em 62% dos casos, apenas o homem é responsável pela negociação do preço do açaí. A mulher nunca negocia sozinha o açaí. Porém, mesmo sem negociar de maneira independente do homem, em 18% dos casos a mulher é responsável por administrar o lucro obtido com a venda do açaí.

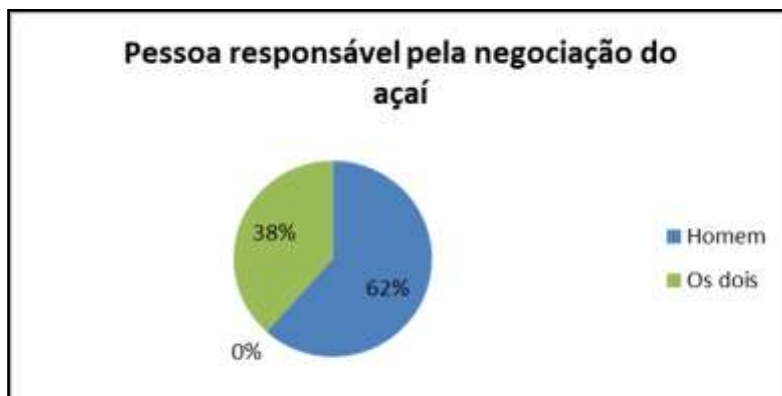


Ilustração 17 – Gráfico de pessoa responsável pela negociação

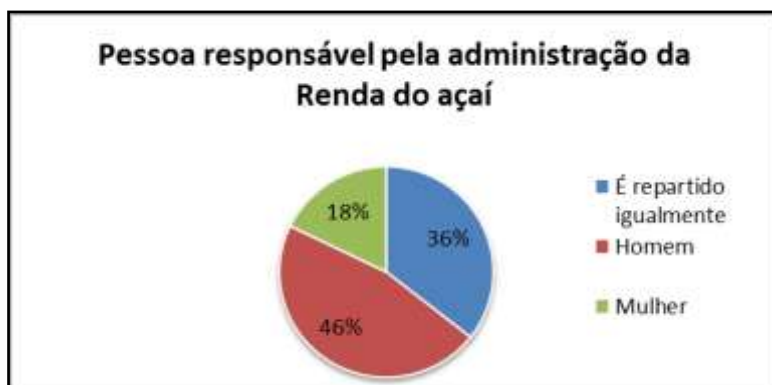


Ilustração 18 – Gráfico de pessoa responsável pela administração da renda do açaí

1.11.4.3. Trabalho no açaizal e Acidentes de trabalho

Os peconheiros levam, em média, 13 minutos pra ir de sua casa até o açaizal, de embarcação (usualmente pequeno barco individual, casco) ou caminhando. Isto significa que, usualmente, a área de exploração é próxima das residências. Para 93% as embarcações próprias são o meio para transportar o açaí. A tabela abaixo apresenta, de forma singular, a tipologia das embarcações utilizadas. O percentual ao lado, indica o percentual de famílias que tem o tipo de embarcação.

Tabela 4 - Meios de transporte utilizados para a coleta e comercialização do açaí

Casco	Também conhecido como canoa ou montaria. É a menos 74% embarcação utilizada pelos moradores e é movida somente à remo, não utiliza qualquer motor de popa
Rabeta	Embarcação mais robusta e serve tanto para o transporte de 42% pessoas quanto para pequenas cargas. Possui motor de caminhão adaptado, localizado no centro da embarcação

Voadeira Possui cascos de alumínio ou fibra e motor de popa, 1% preferencialmente para transporte rápido de pessoas

Barco motor São as embarcações mais robustas. Possuem também 32% motores de caminhões adaptados e servem para transporte de carga e passageiros. São barcos com capacidade acima de 1 Tonelada

Rabudo São as mais utilizadas pelos comunitários. Pequenos cascos 45% de madeira com motores pequenos de popa, preferencialmente utilizados para transporte individual, mas as maiores servem para transporte de pequenas quantidades de mercadorias

Nenhum 4%

Quanto à segurança do trabalho é fácil observar que raramente se utiliza roupa adequada conforme mostra a tabela abaixo. Se tratarmos de proteção maior (como óculos, protetor facial e outros), estes são praticamente inexistentes.

Tabela 5 - Roupas de trabalho

Camisa manga curta	67%
Camisa manga longa	27%
Chapéu	12%
Boné	0%
Bermuda	89%
calça comum	11%
Peneira	1%
Luvas	25%
Óculos	1%
Capuz	0%
Chinelo	3%
Sapato	27%
Bota	5%
Avental	0%
protetor facial	1%

Em relação aos acidentes de trabalho, 89% dos entrevistados disseram que alguém de sua família ou meeiro já sofreu um acidente de trabalho em seu açaizal. E,

em 54% dos casos, o acidente teve como consequência a internação do paciente (vide tabela abaixo).

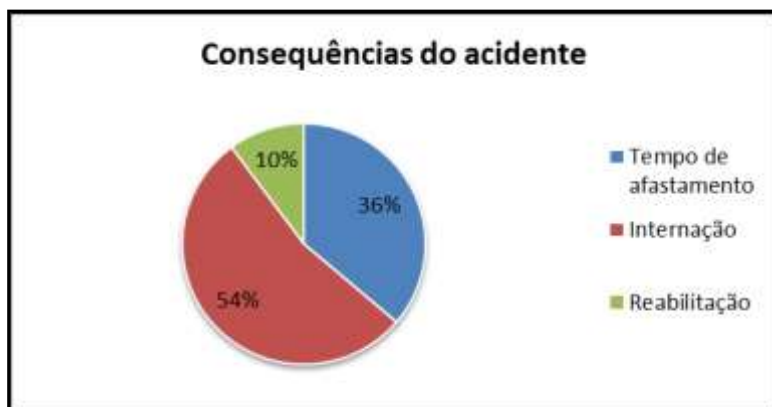


Ilustração 19 - Gráfico de consequências dos acidentes

De acordo com os entrevistados, o tempo médio entre o acidente e o primeiro atendimento costuma ser de 35 minutos, geralmente realizado na própria residência. Conforme o quadro abaixo, a maior parte apenas mantém-se em repouso. Somente em 20% dos casos o acidentado é removido. E, entre estes removidos, cerca de metade (o que corresponde a 9% do total) deve ser removido para um centro maior, usualmente, Belém.

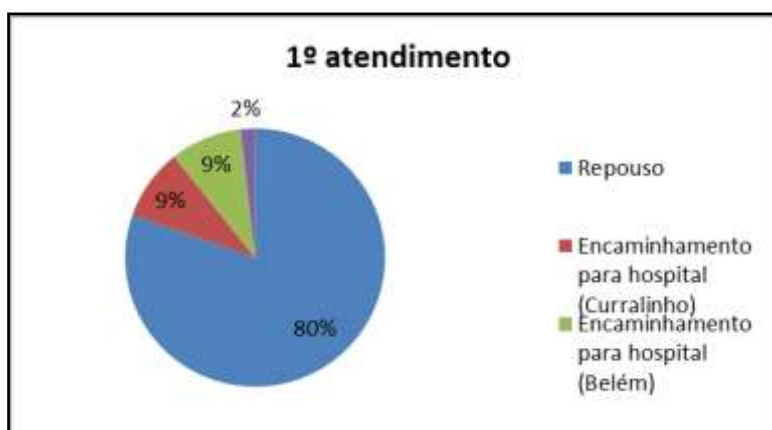


Ilustração 20 – Gráfico de 1º Atendimento

Importante registrar que 48% dos acidentes demandaram um tempo de afastamento de até 10 dias. Registrou-se, ainda, que 62% demandaram tempo de afastamento entre 10 a 60 dias. Trata-se de indicativo da gravidade da ocorrência acidentária, apesar de que é preciso considerar que, mesmo os acidentes com até 10 dias de

afastamento, podem resultar em lesões graves e permanentes, ainda que não sejam parte das estatísticas oficiais.

Quando tais dados são cotejados com diferentes culturas agrícolas conforme outros estudos de campo da FUNDACENTRO, fica patente a gravidade e a periculosidade das atividades dos peconheiros e respectivos núcleos familiares.



Ilustração 21 – Gráfico de tempo de afastamento

Indagados quanto às atividades relacionadas ao seu trabalho cotidiano 34% informaram espontaneamente que consideravam o cultivo da mandioca como a mais cansativa das atividades realizadas. Para 89% a extração do açaí é executada em ritmo acelerado. E, para 53% a atividade mais perigosa é o extrativismo e o beneficiamento de madeira (que ocorre geralmente na própria mata).

Mão de obra

Em relação à contratação de mão-de-obra, 93% dos entrevistados afirmaram que a mão-de-obra utilizada na extração do açaí é apenas familiar, e somente 7% utiliza mão-de-obra contratada. Vale destacar que a contratação se dá com pessoas que residem na própria comunidade ou em comunidades próximas.

O regime de contratação é a “meia” (meeiro), onde o dono do açaizal fica com metade da produção e o coletor com a outra metade. Assim, se retirar 10 rasas de açaí, ficará com 5 para si e as outras 5 serão do “dono” do açaizal.

No ano de 2014, houve uma média de 3 trabalhadores “meeiros” envolvidos por açaizal, o que permite projetar que, para cerca de 1 mil famílias, haveria cerca de 3 mil coletores meeiros. Este dado demonstra a terceirização informal existente na atividade, que jamais foi medida adequadamente e torna o trabalho ainda mais

precário. Se associado ao fato que informam que só empregam mão de obra da família, importante observar que este dado, dos terceirizados, indicaria que seriam membros de uma mesma família expandida (primos, tios etc.).



Ilustração 22 – Gráfico de formas de Contratação

De acordo com os dados

recolhidos, o período de maior demanda de mão-de-obra é variável, ou seja, não se refere somente ao período de safra. De qualquer maneira, 47% afirmam que a demanda é maior no primeiro semestre e 53% que ela é maior no segundo semestre (quando ocorre a safra).

Destaca-se que o primeiro semestre de cada ano, meses de janeiro à junho, são o período da entressafra e é neste momento que é feita a limpeza dos açais e o manejo das áreas. Usualmente, este trabalho é realizado em regime de mutirão, onde membros de uma família e vizinhos auxiliam uns aos outros e, em troca, terão também seu açai limpo.

Neste caso, 81% dos trabalhadores contratados habita na própria comunidade e 19% em comunidades rurais próximas.

Tabela 6 – Período de demanda de mão de obra

Período	%
1º semestre	47%
2º semestre	53%

1.12. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS COM AS COMUNIDADES

Antes mesmo de analisar estes dados e, seguindo a metodologia participativa, adotada pelo Instituto Peabiru, confrontamos os resultados com a opinião dos grupos locais que vivenciam esta realidade. Destarte, foi organizada em Currálinho, uma nova oficina,

denominada de oficina devolutória da pesquisa. Convocou-se novamente o mesmo grupo ouvido no início das atividades, para orientar a pesquisa, expondo-se os resultados e buscando a sua reação, seja de validação, rejeição ou comentários. Os resultados são os que seguem abaixo.

A oficina ocorreu em 27 de abril de 2016, e contou com a participação de 12 pessoas, entre representantes de órgãos públicos municipais e de entidades locais e extrativistas. A oficina iniciou com a exposição dos dados do relatório preliminar, apresentados pelo Instituto Peabiru e FUNDACENTRO. Acordou-se, ainda, que todos os participantes poderiam interferir, indagando e comentando livremente.

Um primeiro encaminhamento do grupo foi discutir de que maneira os demais elos da cadeia de valor do açaí – atravessadores, indústrias, etc. possam ser solidários no risco da atividade. Em termos econômicos, em linguagem técnica, trata-se de que os demais elos da cadeia paguem pelas externalidades (riscos trabalhistas, ambientais etc.).

Discutiu-se, ainda, como a legislação encara o trabalho infantil, e como isto, do ponto de vista da agricultura familiar, particularmente para comunidades tradicionais da Amazônia, impacta no processo de aprendizagem da atividade e, assim, poderia comprometer a futura reprodução social e material desses povos.

Destacou-se, outrossim, o fato de que o período da safra do açaí dificulta a educação de jovens, provocando a evasão escolar, uma vez que estes ajudam na atividade produtiva de suas famílias. Reiterou-se que é comum neste período ouvir dos professores ou colegas, que o aluno *está na peconha*.



Ilustração 23 - Exibição do Vídeo Trabalho na Cadeia de Valor do Açaí, exibido durante a Oficina Final de Devolução dos resultados da pesquisa, sede Colônia de Pescadores Z-37, Curralinho, PA.

Em relação à educação, elencou-se como uma das alternativas, a pedagogia da alternância, como uma oportunidade reconhecidamente eficaz para reduzir a ausência de jovens nos períodos de mais atividades rurais, uma vez que o período de férias do calendário escolar regular não condiz com esta realidade local.

Outra questão enfatizada foi a necessidade de mudança da grade curricular escolar, introduzindo temas fundamentais como meio ambiente, história da Amazônia, sazonalidade das diferentes produções da agricultura familiar etc.

Discutiu-se sobre o acesso de jovens a grande volume de dinheiro que resulta da coleta do açaí no período de safra, e como seu dispêndio é realizado de forma descontrolada, apontado-se a facilidade em se consumir álcool, outras drogas e como isto leva, inclusive, à prostituição, o que aumentaria a exposição de jovens mulheres.

A presença do álcool é patente, com o aumento do número de bares nas localidades, pois estes conseguem alvarás de funcionamento com bastante facilidade. Ao mesmo tempo, os atravessadores que compram açaí, em suas embarcações trazem aparelhagens de som para a realização de festas, além de grande estoque de bebidas alcoólicas.

Para os presentes, é preciso maior atuação de órgãos de fiscalização (Conselhos Tutelares, Polícia, Ministério Público), que deveriam controlar o funcionamento destes bares clandestinos. O fato se agrava na medida que muitos bares são instalados nas próprias casas das famílias, o que significa contato direto de crianças e adolescentes com bebidas, festas e outras consequências. Foi indicado que, além do vício em bebidas alcoólicas e em drogas. E como resultado, no período de entressafra, como não há dinheiro para as drogas, aumenta o número de roubos.

No caso dos jovens, levantou-se, também, os riscos das disputas de corrida de barco, dos pequenos *rabudos*, uma vez diversos acidentes já ocorreram. Isto equivaleria à disputa de *rachas* (competições) em motocicletas ou automóveis por jovens *do asfalto*.

Outra questão bastante discutida relaciona-se ao fato da atividade de peconha exigir mais esforços de algumas partes específicas do corpo, como as pernas e pés, por exemplo. Assim, o trabalho infantil foi apontado como um problema, pois pode resultar em sequelas permanentes para as pessoas, como pernas arqueadas, pés disformes etc.

Entre as soluções para evitar a subida no açazeiro, apontou-se a importância de testar métodos alternativos de coleta, como a vara desenvolvida por produtor em Abaetetuba. Além de reduzir os riscos, esta ação aumentaria a produtividade e fortaleceria a proposta de um manejo mais adequado dos açazeiros. Também ficou claro que a falta de sistematização dos números e características dos acidentes por parte das autoridades de saúde dificulta o acesso a benefícios, como a previdência e a tratamentos adequados de saúde que poderiam ser oferecidos no município. Comentou-se que o INSS não reconhece essa atividade do peconheiro, e ignora os diferentes problemas de saúde relacionados. Para a equipe do Instituto Peabiru, esta questão precisará ser aprofundada para ser mais precisa.

Um fato novo levantado, foi a exposição de pele ao sol (doenças de pele e câncer de pele) e o aumento dos casos de problemas de visão, especialmente de catarata. Outro fator novo apontado, foi que a peconha, que facilita subir, muitas vezes arrebenta e causa acidentes.

O grupo avaliou, ainda, que o percentual de acidentes é muito elevado e a falta de cuidado e proteção é algo que merece atenção. Ficou claro que pequenas ações de prevenção, como uma simples batinha no facão, pode representar um grande ganho em termos de segurança.

1.13. DISCUSSÃO DE RESULTADOS COM TÉCNICOS

Além do grupo local, o Instituto Peabiru realizou uma reunião interna para avaliar os resultados da pesquisa e da oficina devolutória e debater sobre sua apresentação. Reuniram-se na sede do TRT-8 em Belém, o coordenador do Programa Trabalho Seguro, Desembargador Walter Paro, Edney Martins, da Comunicação do TRT-8, Clóvis de Barros Meirelles, Coordenador da Área Rural da FUNDACENTRO, João Meirelles Filho e Manoel Potiguar do Instituto Peabiru, Marília Santos, representando a comunidade local e a ONG Lupa Marajó e convidada a procuradora do Ministério Público do Trabalho – MPT, Rejane de Barros Alves.



Ilustração 24 – Reunião das equipes do TRT, FUNDACENTRO, Instituto Peabiru, Lupa Marajó e MPT na sede do TRT-8 em Belém, maio de 2016.

Este grupo debateu os principais e resultados e decidiu por um evento público de apresentação, convocando os principais representantes dos elos da cadeia de valor e de órgãos públicos relacionados, uma vez que o presente relatório estivesse finalizado. Também ficou patente, a importância de se criar um grupo permanente de trabalho, capaz



de monitorar e propor ações ao poder público e outros setores da sociedade o que, certamente, demandará recursos e um plano de trabalho específico.

1.14. RELATÓRIO FINAL

Entre abril e maio de 2016, a partir deste conjunto de atividades, o relatório final foi concluído, recebendo, ainda recomendações posteriores da equipe do Instituto Peabiru e da FUNDACENTRO no processo de revisão final, sugestões estas que foram incorporadas à presente versão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quem é este peconheiro? Quem é o caboclo da beira, a cabocla da beira, o ribeirinho, a ribeirinha?

Estas perguntas que norteiam diversas pesquisas sobre o modo de viver próprio da Amazônia dos rios e florestas também foi o mote deste trabalho, não em prol de aprofundar a conceituação acadêmica do termo, e sim para compreender a dinâmica produtiva e social deste personagem próprio da região Norte do Brasil, bem como compreender os direitos destas populações tradicionais numa cadeia de valor que avança rapidamente.

Afinal, **somente na base da cadeia de valor do açaí estão, provavelmente, mais de cento e vinte mil famílias, o que significa um grupo social superior meio milhão de pessoas.**

Quando se fala, na Amazônia, de pescador, agricultor familiar, extrativista, caboclo etc., parece sempre se referir a uma diversidade grande de personagens próprios da região, porém estas classificações interessam muito mais a políticas públicas generalistas, geralmente pensadas a partir de realidade externas à região, ou para fins de classificações acadêmicas. Porém, **o que a vivência e a prática ensinam é que o pescador, o extrativista, o caboclo, o peconheiro, são, na verdade, uma mesma e só pessoa que, devido ao modo de vida, e ao fato de depender das sazonalidades, seja para o plantio de sua roça, seja para as épocas de pesca ou para a coleta de frutos e sementes, como no caso do açaí, distribui suas múltiplas tarefas ao longo do ano.**

Este personagem, tipicamente amazônico, principalmente nas regiões do Marajó e Baixo Tocantins, no Pará, e ao longo do Médio e Baixo Rio Amazonas, no Amapá e Amazonas, principalmente, também possui a atividade da peconha, são os peconheiros.

Estes peconheiros, que são hora pai, hora mãe, hora filhos, são os responsáveis pela extração do fruto do açaizeiro, um produto que apresenta consumo em crescimento exponencial em todo o Brasil e no exterior. Todavia, pouco se conhece sobre a lida desta atividade desenvolvida por este ator amazônico, a peconha. Quais seus riscos? Suas consequências? Seu impacto na organização e renda dessas famílias? Estas foram as perguntas que este trabalho buscou responder, ainda de forma preliminar.

A pesquisa demonstra o quão frágil é a situação deste extrativista de açaí, quão precárias são as suas condições de trabalho, patentes tanto nos depoimentos dos peconheiros, de representantes de órgãos governamentais, quanto do próprio movimento social extrativista.

O que se percebe é que uma tradição que remonta a práticas anteriores à colonização europeia, a do extrativismo de açaí, e que até muito recentemente se constituía em atividade dedicada ao provento da família, com a maior demanda de mercado, tornou-se uma atividade de risco ampliado. Afinal, aumentou substantivamente a frequência e o ritmo de exploração impostos por este mercado. Para o extrativista, se este antes subia uma a duas vezes ao dia no açaizeiro, hoje este sobe, dez a vinte vezes, e em maior número de dias, resultando em maior exposição aos inúmeros riscos levantados – queda ou quebra de árvore durante a escalada para a retirada do cacho, ataque de animais peçonhentos, estrepe de seus pés ou pernas em tocos na várzea etc. além do cansaço resultante do imenso esforço que tal atividade exige.

Os dados coletados surpreenderam até mesmo os pesquisadores do Instituto Peabiru, acostumados a lidar com o tema sob outras óticas – ambiental, econômica, organização social etc.

Outra questão que chama a atenção é a resposta à pergunta: **qual a atividade mais acelerada? Qual a atividade mais perigosa? E qual a atividade mais cansativa. A mais perigosa foi descrita pela maioria como a da extração de madeira. A mais acelerada, a do açaí, e a mais cansativa, a da farinha-de-mandioca. Isto significa que diante de uma agricultura e extrativismo familiar multitarefas temos que observar a segurança do trabalho no conjunto das atividades e não apenas na coleta do açaí.**

Observe-se que, diferentemente da extração de açaí, que ocorre em períodos de temperaturas mais amenas, durante as primeiras horas da manhã, e sob as copas das árvores, o plantio, a limpeza da roça e a colheita da mandioca são realizados em horários posteriores à da extração do açaí, ou seja, nos horários de maior incidência solar e em áreas descampadas, a roça e, isto, sem contar o próprio trabalho junto ao forno para o preparo da farinha.

A questão do trabalho infantil precisa ser objeto de pesquisa e, certamente, gerará grande polêmica no seio familiar. Para as famílias de extrativistas há preocupação de como

caracterizar e reconhecer o que se considera trabalho infantil e juvenil. Vale lembrar que, a legislação não permite trabalho antes de 16 anos de idade, e o aprendizado, sob condições específicas, só é possível a partir dos 14 anos, ou seja, é algo bastante distante da realidade encontrada no extrativismo do açaí.

É preciso aprofundar o que significa aprendizado na agricultura familiar e o que significa participar de uma cadeia de valor global, como o açaí. Como definir estes parâmetros e limites de maneira que seja claro para os jovens, para as famílias, para a cadeia de valor?

Devido às políticas de benefícios sociais como o bolsa família e outros, hoje há uma consciência maior das famílias em manter seus filhos na escola. Porém, é comum que na época da safra do açaí, em função de sua importância na composição da renda familiar, haja um aumento significativo da evasão escolar. É preciso verificar como o sistema de ensino trata estes alunos e sua relação com os benefícios sociais. Há relatos, o que é preciso investigar, que os alunos não teriam faltas no diário escolar, mesmo ausentes, para que suas famílias não perdessem os benefícios sociais. De qualquer maneira, isto denota ainda mais, que os jovens são relevantes para a composição da renda da família.

Também ficou patente que a ocupação do coletor de açaí não é reconhecida, o que precisa ser detalhado. **Agrava-se a questão pela informalidade dos contratos de terceirização, todos informais, verbais e não documentados, principalmente.** O peconheiro que trabalha para um terceirizado, na verdade está num sistema ainda mais frágil, de quarterização informal. Garantir direitos trabalhistas ao extrativista é fundamental para o estado pleno de direito. Esta é uma das questões centrais que esta pesquisa aponta e que merece aprofundamento.

RECOMENDAÇÕES

Durante a pesquisa, devido mesmo às metodologias participativas empregadas, muitos atores indicaram possíveis soluções para os problemas levantados. Estas indicações foram registradas, ponderadas e organizadas, e somadas às conclusões desta pesquisa, foram sintetizadas abaixo.

Entendemos que estas recomendações merecem um aprofundamento técnico, especialmente na área de segurança do trabalho, medicina do trabalho, registro do trabalhador, previdência pública e áreas afins. Merecem, igualmente, maior discussão nas comunidades beneficiárias envolvidas na base da cadeia de valor do açaí, ampliando o debate para outros municípios e regiões produtoras, que, certamente, apresentarão outras peculiaridades e componentes altamente relevantes. Afinal, há pelo menos cinquenta municípios produtores, que têm no açaí uma de suas principais fontes de renda entre o Pará, Amapá, Amazonas, além de outros estados da região.

Estas são as recomendações preliminares do presente diagnóstico, a saber:

1.15. PARA A PREVENÇÃO DE ACIDENTES

Minimamente, é preciso:

- Efetiva aplicação de técnicas de manejo dos açaizais – o que resultaria em substantiva diminuição da altura da árvore e “limpeza” das áreas de várzea;
- Testar e definir protocolo oficial que exija a utilização de equipamentos de coleta do cacho, sempre que possível, como por exemplo, uma vara, ou “o gancho”;
- Capacitar os ribeirinhos nas técnicas de primeiros socorros. Como já alertado pelo médico Dr. Guataçara Gabriel, no evento de dezembro de 2014 e em documentos publicados, muitas lesões ocorrem no transporte do acidentado para um local de atendimento;
- Utilizar um pente, conhecido como “garra” para o trabalho de debulho do cacho (derriça), atividade usualmente realizada por outro membro da família, muitas vezes, por mulheres;

- Definir as roupas de trabalho mínimas e equipamentos que propiciem maior segurança: calças, camisas com manga, chapéu e, para a circulação na várzea, as botas (a mais adequada é a conhecida localmente como “bota sete léguas”) e, principalmente, bainha para os facas ou facões (terçados);
- Garantir que a assistência técnica e extensão rural (ATER), e as políticas públicas a esta relacionadas, considere altamente relevantes as questões de segurança no trabalho;
- Relacionar o crédito ao produtor a compromissos nestas questões acima levantadas.

OBS – Estas recomendações, todavia, são ainda de caráter genérico, lastreadas em experiências em ambientes diferentes da várzea (como no caso do *gancho*, que é utilizado em áreas de plantio de açaizeiros), e, portanto, carecem de experimentação prática e monitorada para aferir a eficácia e eficiência destas técnicas. Certamente, diferentes ambientes exigirão distintas técnicas.

1.16. PARA DISCUTIR O TRABALHO INFANTIL E JUVENIL

Percebe-se a necessidade de aprofundamento da compreensão da questão para o público beneficiário, além de um debate mais amplo com a sociedade como um todo. A questão é definir metas de políticas públicas, prazos para ajustes, condições mínimas aceitáveis etc. Neste processo é fundamental ouvir jovens, o que não foi objeto do presente trabalho. A nosso ver somente um processo de certificação e monitoramento apoiado por organizações públicas garantirá avanços e permitirá ao consumidor conhecer quem respeita a criança e o adolescente.

Propõe-se minimamente, assim:

- Realizar oficinas com as comunidades produtoras para a compreensão da legislação e os riscos do trabalho infantil e juvenil, e como se adaptar aos desafios da agricultura familiar;
- Realizar eventos com as autoridades públicas e especialistas (academia, UNICEF, movimentos sociais etc.) para debater a questão e definir metas claras para os próximos anos;

- Discutir com os elos da cadeia de valor que adquirem o açaí como enfrentar a questão e estabelecer metas e prazos para cumprimento. Neste sentido, é possível prever a necessidade de um termo de ajuste de conduta, para que os órgãos de fiscalização e controle possam monitorar a questão, e a própria sociedade civil acompanhe o processo.

Merece menção, a escolha do tema da campanha do trabalho infantil de 2016 do Ministério Público do Trabalho do Pará para a cadeia produtiva do açaí, o que, certamente, relaciona-se ao trabalho ora realizado no sentido de despertar para a urgência de enfrentamento da temática.

1.17. RESPONSABILIZAÇÃO DA CADEIA DE VALOR

Minimamente propomos:

- Realizar eventos de debate do poder público com os demais elos da cadeia de valor – compradores de açaí, em suas diversas escalas (indústria, batedores, governo) – para definir parâmetros mínimos. Novamente, um Termo de Ajuste de Conduta deve ser feito para que se cumpram, num prazo a propor, um conjunto de ações que resulte o respeito à legislação e à proteção da criança e adolescente e demais questões da segurança do trabalho ora discutidas;
- Revisar o processo de pagamento do fruto para a base da cadeia para que, minimamente, inclua de alguma maneira a remuneração do fornecedor do fruto (o peconheiro e a família produtora) – no que se repassa recursos para garantir que o produtor cumpra um protocolo mínimo de uso de roupas e equipamentos de proteção individual adequados (a ser definido) e de cumprimento da legislação trabalhista (especialmente no que se refere ao trabalho infantil).
- A forma deste pagamento – um recibo social ou algo assim – poderá financiar o cumprimento deste protocolo acima recomendado. Em termos econômicos, significa remunerar as externalidades invisíveis e riscos sociais e ambientais da atividade. Apenas a título de exemplo, anteriormente houve o FUNRURAL que previa 0,5% para tal fim para a agricultura familiar, o mesmo ocorrendo para o PROALCOOL, nesse

caso para as ações e atividades educativas e de prevenção de acidentes. Não estamos propondo um novo imposto e sim, definir uma maneira de financiar esta questão. Em verdade, como vimos acima, os próprios produtores no Rio Canaticu criaram um mecanismo de R\$1,00 para outros fins, mas demonstra que algo é Possível estabelecer, e de maneira simples.

1.18. TRATAMENTO DIFERENCIADO PARA AS POPULAÇÕES TRADICIONAIS EXTRATIVISTAS

Atualmente, determinados grupos da população brasileira, como indígenas e quilombolas, devido a sua formação histórica e suas especificidades culturais, gozam de proteção por meio de legislação específica e que dá a estas populações tratamento que atendam suas necessidades – neste caso, a Constituição do Brasil os protege. As populações tradicionais são protegidas pelo Decreto da Presidência da República 6.040 de 7 de fevereiro de 2007. Nesse sentido, o que se propõe, é que se considerem mecanismos de reconhecimento do papel dos extrativistas na manutenção do patrimônio natural e cultural da Amazônia e o papel de culturas como o açaí neste processo. Minimamente: isto deve representar:

- a elaboração de estudos e encontros com os beneficiários (povos e comunidades tradicionais) para discutir a questão de como garantir o bem estar e seus direitos e, ao mesmo tempo, oferecer um produto de qualidade e sustentável ao mercado consumidor, seja local, regional, nacional ou internacional.

1.19. MONITORAMENTO CONTINUADO

A partir da primeira análise do presente relatório, ficou patente a importância de se criar um grupo permanente de trabalho, capaz de monitorar e propor ações ao poder público e outros setores da sociedade.

Na reunião no TRT-8, ficou acordado que um grupo pioneiro formado pelas partes que se reuniram naquela ocasião (maio de 2016) – Programa Trabalho Seguro do TRT-8, a FUNDACENTRO, o Instituto Peabiru, o Ministério Público do Trabalho e o Lupa Marajó, representando o Colegiado Territorial do Marajó (CODETEM) – convocaria organizações

públicas, da cadeia de valor, da academia e da sociedade civil e movimentos sociais para debater os resultados do presente trabalho.

Este grupo teria a função principal de formular e propor aprimoramentos nas políticas públicas, especialmente nas questões tratadas no presente relatório – segurança do trabalho, saúde, educação, agricultura, comercialização etc. Minimamente, isto significa:

- Instalação de um Grupo de Monitoramento do Trabalho Seguro no Açaí.

Estas são as principais recomendações que, esperamos, sejam oportunamente aprofundadas e organizadas na forma de propostas e de políticas públicas.

Fim.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BECKER, H. S. Observação social e estudo de casos sociais. São Paulo, HUCITEC. P, 101 – 115, 1994.
- CORDEIRO, Antônio. De Santana. *Diagnóstico das Cadeias de Valor Sustentáveis e Inclusivas do Marajó: Açaí, Mandioca, Pesca Artesanal e Pecuária* [CORDEIRO et alii, 2011].
- DIÁRIO DO PARÁ, *Acidentes em açaizeiros preocupam os médicos*. Belém, PA: Diário do Pará. 16.7.2012.
- FUNDACENTRO. *Análise coletiva do trabalho dos cortadores de cana da região de Araraquara, São Paulo* / Leda Leal Ferreira [et al.]. – 2. ed. São Paulo : FUNDACENTRO, 2008. 47 P. ISBN 978-85-98117-34-8
- _____. *O uso dos equipamentos individuais de proteção e das ferramentas de trabalho no corte manual da cana-de-açúcar* / Maria Cristina Gonzaga Pesquisadora da Divisão de Ergonomia. São Paulo: FUNDACENTRO. Março de 2002
- _____. *Avaliação das tarefas no cultivo do abacaxi e os equipamentos de proteção individual. Proteção inadequada para o trabalho no abacaxi*. São Paulo, SP: FUNDACENTRO. Outubro, 2014, documento interno.
- GABRIEL, José Guataçara. *Resgate médico na realidade amazônica*. Documento PDF. 2008.
- HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. Extrativismo vegetal ou plantio: qual a opção para a Amazônia?. **Estud. av.**, São Paulo, v. 26, n. 74, p. 167-186, 2012 Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010340142012000100012&lng=en&nrm=iso>. acesso em 13 de junho de 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142012000100012>.
- LIMA, Anaglória Domingues; SANTOS, Heloisa da Silva; ARAUJO, Tiago Magella Miranda de. *Análise de aspectos ergonômicos na colheita de açaí na Ilha do Combu*. Belém, Pará. ENGE: XXVIII ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO A integração de cadeias produtivas com a abordagem da manufatura sustentável. Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 13 a 16 de outubro de 2008.
- NOGUEIRA, O.L.; HOMMA, A.K.; Importância do manejo de recursos extrativistas em aumentar o carrying capacity: o caso de açaizeiros (*Euterpe oleracea* Mart.) no estuário amazônico. Belém, PA: **Poematropic**, N. 2, p.31-35, jul/dez 1998.
- PEABIRU, Instituto. *Diagnóstico socioeconômico e ambiental e cultural do Marajó. Escuta Marajó*. Belém, PA: 2010. Disponível em: <https://institutopeabiru.files.wordpress.com/2012/09/vivamarajo-escutamarajo.pdf>
- _____. *Levantamento Bibliográfico Preliminar*. Belém, PA: Instituto Peabiru. 3ª versão, 31 de julho de 2015.
- POTIGUAR, Manoel; OLIVEIRA, Hermógenes Sá de. Planejamento estratégico para o fortalecimento do arranjo produtivo local da cadeia de valor do açaí do Marajó: *uma construção coletiva e territorial*. Belém, Instituto Peabiru, 2016.
- ROCHA, João Bosco de Assis; FLORES, Edmundo Rinolino Magalhães; Leandro Cavalcante Lima*; Leandro de Jesus. *Carregadores de Açaí: Análise ergonômica do trabalho de carregadores de Açaí do Mercado Ver-o-Peso em Belém do Pará*. In Estudos e Pesquisas em Psicologia. 2011.
- VASCONCELOS, Marcus Arthur Marçal de. [et al.]. *Práticas de colheita e manuseio do Açaí*. Belém, PA: Embrapa Amazônia Oriental, 2006. 20p. : il. ; 21cm (Embrapa Amazônia Oriental. Documentos, 251). Projeto GESPAN ISSN 1517-2201.

QUESTIONÁRIO APLICADO

Estudo das condições em ambientes de trabalho na extração de açaí em Curralinho, Marajó, Estado do Pará

Data entrevista: ____ / ____ / ____

Perfil

1. Nome: _____
2. Apelido: _____
3. Sexo: () masculino () feminino
4. Idade: _____
5. Estado Civil: _____
6. Condições do Entrevistado
() Proprietário
() Cônjuge do proprietário
() Filho(a) do proprietário
() Genro/Nora
() Empregado
() Outros: _____
7. Local de Residência: _____
8. Nome do Rio: _____
9. Benefícios sociais recebidos pela família:
10. () Bolsa família () Bolsa escola () Bolsa verde
() Aposentadoria e pensão
() Outros: _____
11. Quantas pessoas moram na casa? _____

	NOME	SEXO	IDADE	ESCOLARIDADE
1				
2				
3				

12. Condição da Propriedade:
() Proprietário
() Posseiro
() Assentado
() Arrendatário
() Parceiro
() Ocupante
() Outorgado
() Outros: _____
13. Quantos membros da família exercem atividades fora do estabelecimento rural:
() em atividades agroextrativistas
() não agroextrativistas
() não exercem
14. Quais atividades agroextrativistas exercem fora do estabelecimento:

15. Quais atividades não-agroextrativistas exercem fora do estabelecimento:
() trabalhador do comércio
() empregada doméstica
() funcionário público
() barqueiro
() construção civil

- () prestador de serviço (costura, cabeleireiro, mecânico)
() Outro: _____
16. Valor total das receitas recebidas por mês: _____
17. Recursos de aposentadoria e pensão: _____
18. Atividade fora de casa : _____
19. Programas sociais: _____
20. Venda da produção de açaí: _____
21. Pesca ou outras atividades: _____
22. Tamanho da propriedade
Quintal _____ Outra _____
23. Área total ocupada com açaí: _____
24. Área ocupada por outras culturas de interesse comercial: _____

Espécie	Área

25. Quantidade de açaí vendida em 2014 (rasas): _____
26. Preço médio por rasa em 2014: _____
27. Principal renda da propriedade:
() Açaí () Outras atividades. Qual _____
28. Há quanto tempo desenvolve a atividade nesta localidade: _____
29. Recebe assistência técnica:
() Sim () Não Órgão: _____
30. Obteve crédito rural em 2014:
() Sim () Não.
31. Você realiza o manejo do açaí em sua propriedade?
() Sim () Não.
32. Quais são as técnicas utilizadas para o manejo do açaí?

33. Você tem produzido açaí durante a entressafra?
() Sim () Não.
34. Quando o açazeiro é derrubado para a extração de palmito?
35. () quando morrem ou estão improdutivas
() após _____ anos
() durante o período de manejo do açazeiro.
() Outros: _____
36. Quais são as pragas e doenças de maior ocorrência no açazeiro?

37. Formas de controle das pragas e doenças
() veneno () controle biológico () queima de resíduos agrícolas e restos de culturas () plantas bioativas, repelentes, caldas, iscas () não faz controle.
38. Observações

COMERCIALIZAÇÃO

39. Comercialização do açaí – Principal forma:
() venda direta ao consumidor (feiras/domicílios)
() venda direta para fábricas
() venda para atravessadores
() venda no porto de Curralinho
() Venda em outros portos
() PAA e PNAE
40. Onde obtém informações sobre os preços?

- () amigos/vizinhos,
() cooperativa.
() atravessador/marreteiro.
() feira/porto
() compradores
() outro: _____
41. Você acha que recebe um preço justo pelo açaí vendido?
() Sim () Não.
42. Qual seria um preço justo?

43. O que você acha que precisa ser feito para ter um preço melhor? (Caso o entrevistado não cite a organização local, cooperativa, processamento no local ou algum tema relacionado, recomenda-se a indução da resposta neste sentido.)

44. _____
45. Quanto tempo leva de sua casa até Curralinho?

46. _____
47. Quanto tempo leva de sua casa para a sua área de extração de açaí?

48. _____
49. Utiliza embarcação própria para transportar a produção?
() Sim () Não
50. Se não,
Quem freta o barco? _____
Quanto é ? _____
51. Quem é a pessoa responsável pela negociação e venda do açaí?
() Homem
() Mulher
() Os dois.
() Outros: _____
52. A mulher desenvolve alguma atividade relacionada à comercialização do produto?

53. O lucro obtido com a venda do açaí:
() é repartido igualmente entre o homem e a mulher.
() Fica sob responsabilidade do homem
() Fica sob responsabilidade da mulher
() Outros.
54. Observações:

TRABALHO NO AÇAIZAL

55. Quais são os equipamentos utilizados durante a extração do açaí:
() Camisa manga curta () Camisa manga longa () Chapéu () Boné () Bermuda () Calça comum () Perneira () Luvas () Óculos () Capuz () Chinelo () Sapato () Bota () Avental () Protetor facial
56. Número de trabalhadores envolvidos no manejo do açaizal em 2014: _____
57. Esta mão de obra é:
() apenas familiar
() apenas contratada
() ambas
58. Número de trabalhadores contratados em 2014: _____
59. Forma de contratação
() diarista
() mensalista
() por safra
() semana
() meia
60. Período de maior demanda de mão de obra:

- () janeiro
() fevereiro
() março
() abril
() maio
() junho
() julho
() setembro
() outubro
() novembro
() dezembro
61. Onde residem os trabalhadores contratados?
() na mesma comunidade
() em comunidades próximas
62. Qual foi o valor gasto com contratação de mão de obra em 2014:

63. Quem são as pessoas que trabalham no extrativismo do açaí?
() Homem () Mulher () Vizinhos ou parentes () Filhos
() pessoas contratadas
64. Destas pessoas contratadas, quantos são menores de 14 anos? _____
() meninas () meninos
65. Para estes menores, o pagamento é realizado diretamente para a família ou para o próprio trabalhador?

66. Quais são equipamentos utilizados durante o extrativismo do açaí (facão, peçonha, etc.)

67. Você possui algum tipo de embarcação?
() Casco
() Rabeta
() Voadeira
() Barco a motor
() Rabudo
() Nenhum
68. Todos os jovens da casa estudam?
() Sim
() Não. Por que?

69. Como os jovens conseguem conciliar o trabalho no açaizal com a escola?

70. Os jovens são remunerados pelo trabalho?
() Sim () Não
71. Como funciona o esquema de remuneração?

72. Observações

ACIDENTES DE TRABALHO

73. Algum trabalhador sofreu acidente durante os trabalhos com açaí na sua propriedade? (Queda de trapiche, queda do açaizeiro, corte com facão, mordida de animais peçonhentos...)
74. () proprietário
() membro da família
() funcionário
() arrendatário
75. () ninguém sofreu acidente

76. Conte como aconteceu o acidente (local, tarefa, agente causador, etc.)

77. Qual parte foi atingida?
78. () Mão direita () Mão esquerda () Braço direito () Braço esquerdo () Ombro esquerdo () Ombro direito () Região Lombar () Cabeça () Olhos () Pé esquerdo () Pé direito ()
() Perna direita () Perna esquerda () () Tornozelo direito () Tornozelo
esquerdo () Coxa direita () Coxa esquerda
() Outras _____
Quais foram as consequências?
() Tempo de afastamento: _____
() Internação
() Reabilitação
() Lesão corporal
() Sequela - doença
() Redução da capacidade laboral
() Perda da capacidade laboral
79. Qual foi o tempo médio entre o acidente e o primeiro atendimento?

80. Quais foram os primeiros atendimentos?

81. Quais os procedimentos realizados posteriormente:
() repouso e tratamento em casa.
() encaminhado para o hospital de Curralinho.
() encaminhado para Belém ou Breves.
Hospital.
() Outros: _____
82. Na sua opinião, qual é a atividade que você desenvolve que:
É mais cansativa

Tem ritmo mais acelerado

É a mais perigosa

83. Observações:
